

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MARIANA PESSOA

**A NARRATIVA EX-CÊNTRICA E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DAS
PERSONAGENS EM *DOIS IRMÃOS*, DE MILTON HATOUM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PATO BRANCO

2023

MARIANA PESSOA

A NARRATIVA EX-CÊNTRICA E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DAS
PERSONAGENS EM *DOIS IRMÃOS*, DE MILTON HATOUM

The ex-centric narrative and the identity building of the characters in *The Brothers* by
Milton Hatoum

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Literatura, Sociedade e Interartes

Orientador: Prof. Dr. Marcos Hidemi de Lima



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

PATO BRANCO

2023



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco**



MARIANA PESSOA

**A NARRATIVA EX-CÊNTRICA E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DAS PERSONAGENS EM DOIS IRMÃOS,
DE MILTON HATOUM**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Linguagem, Cultura E Sociedade.

Data de aprovação: 30 de Março de 2023

Dr. Marcos Hidemi De Lima, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Ana Paula Franco Nobile Brandileone, Doutorado - Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp)

Dr. Wellington Ricardo Fioruci, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 30/03/2023.

Dedico este trabalho aos meus pais, por todo o apoio, todas as palavras de carinho e encorajamento. E a todas professoras e professores que passaram por minha vida, que me inspiraram em acreditar na Educação e na busca pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Marcos Hidemi por toda a orientação e ajuda no meu percurso pelo PPGL, sempre sendo muito gentil, atencioso durante todo o Programa. Seus passos enquanto docente são, para mim, uma grande inspiração.

Agradeço aos membros da banca professora doutora Ana Paula Franco Nobile Brandileone e professor doutor Wellington Ricardo Fioruci por suas contribuições valiosas para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço a todos os professores do programa do PPGL, também meus professores da graduação em Letras na UTFPR. Essa jornada de mestranda e graduanda foi muito iluminada por seus conhecimentos, e as práticas destes docentes que me inspiraram a continuar minha jornada acadêmica.

Agradeço também a todas as pessoas que contribuem para que a Educação pública e de qualidade seja uma realidade, apesar de todas as violências, impedimentos e tentativas de desmanche. Minha trajetória não seria possível caso essas pessoas, mesmo que indiretamente, não estivessem à frente de seus serviços, encarando os desafios para além da profissão, conseguindo ver na Educação a saída para construir um mundo melhor e com mais oportunidades para os que mais precisam.

RESUMO

PESSOA, Mariana. **A Narrativa Ex-Cêntrica e a Formação Identitária das Personagens em *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum.** 2023. 91f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2023.

A presente dissertação trabalha com o romance *Dois Irmãos*, escrito por Milton Hatoum e publicado pela primeira vez em 2000. O viés desta pesquisa é analisar o narrador-personagem Nael, sua mãe Domingas, Zana e Rânia, mãe e filha respectivamente, alinhando a interpretação destas personagens a perspectivas pós-colonialistas que abordam as reminiscências colonialistas nos sujeitos às margens sociais (MIGNOLO, 2020; CANCLINI, 2019) bem como avaliar a perpetuação de discursos hegemônicos e as relações truncadas entre oprimidos e opressores (BHABHA, 2019) de modo a alinhar às discussões as definições sobre formação da identidade e seus questionamentos intrínsecos (HALL, 2003). Nesse sentido, as análises das personagens aqui abordadas evidenciam as reverberações de constructos sociais do passado que as interpelam e se desenrolam de maneira conflituosa nas relações entre personagens.

Palavras-Chave: Milton Hatoum; *Dois Irmãos*; Literatura brasileira contemporânea; identidade; pós-colonialismo.

ABSTRACT

PESSOA, Mariana. **The ex-centric narrative and the identity building of the characters in *The Brothers* by Milton Hatoum.** 2023. 91f. Masters Thesis. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2023.

This master's thesis worked with the novel *The Brothers*, written by Milton Hatoum and published for the first time in the year 2000. The main purposes of this research were to analyze the narrator-character Nael, his mother Domingas, Zana and Rânia, mother and daughter respectively, aligning the interpretation of these characters with the post-colonialist perspectives which addresses the colonialist reminiscences in subjects located at the social margins (MIGNOLO, 2020; CANCLINI, 2019), in addition to identify the perpetuation of hegemonic discourses and the tangled relationships between oppressed and oppressors (BHABHA, 2019) in order to align definitions about identity formation and its inherent questions to the discussions (HALL, 2003). In that regard, the analyzes addressed here show the repercussions of the social constructs from the past in the characters and how those constructs challenge and unfold them in a conflicting way, especially in the relationships between characters.

Keywords: *The Brothers*; Milton Hatoum; contemporary Brazilian literature; Identity; Post-colonialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FORTUNA CRÍTICA DE MILTON HATOUM: ALGUMAS PERSPECTIVAS	15
2. NAEL, O PERSONAGEM E NARRADOR DE <i>DOIS IRMÃOS</i>	22
2.1 NAEL E O HIBRIDISMO IDENTITÁRIO	29
3 DOMINGAS: SUBALTERNIDADE E SOBREVIVÊNCIA INDÍGENA	44
3.1 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA SUBALTERNIZAÇÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA	44
3.2 A DEGRADAÇÃO E SUBSISTÊNCIA INDÍGENA REPRESENTADA POR DOMINGAS	53
4. ZANA E RÂNIA: O PATRIARCALISMO MODERNIZADO	63
4.1 A SOCIEDADE BRASILEIRA MODERNA E A MULHER DE CLASSE MÉDIA	66
4.2 ZANA E O PATRIARCALISMO REMINISCENTE	71
4.3 RÂNIA NO BRASIL MODERNIZADO	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

O romance *Dois Irmãos* apresenta a história de uma família libanesa aburguesada de Manaus, abarcando várias décadas do século XX. Ao longo dos fatos narrados, observamos o matrimônio de Zana e Halim, posteriormente o nascimento de seus filhos Yaqub e Omar, gêmeos univitelinos, e Rânia. A narrativa é guiada por Nael, um personagem assujeitado, filho de Domingas, a empregada indígena. Esses dois personagens estão sujeitos à subordinação desmensurada que parte dos membros dessa família.

É por meio da narração de Nael que a intimidade desse lar é exposta, rememorando o drama da rivalidade dos gêmeos, o amor desmensurado de Zana por seu filho Omar, os silenciamentos que envolvem seu próprio nascimento, além de sua inquietação por descobrir quem é seu pai. O posicionamento assujeitado de Nael na narrativa faz com que sua narração adquira esse caráter de afastado do centro hegemônico, assim ele traz uma perspectiva das margens à esse drama familiar. O ex-cêntrico apontado no título faz referência a essa movimentação que Nael proporciona para a narrativa.

Por meio das considerações acerca do enredo de *Dois irmãos*, podemos visualizar no romance muitas das dinâmicas sociais da contemporaneidade, como a posição da mulher e empregados, a guinada econômica do país nos anos 1950 e a conservação de tradições no eixo cultural. Tais aspectos elencados são os que buscamos abordar ao longo desta dissertação.

Ao desenvolvermos a pesquisa que se debruça sobre *Dois irmãos*, trabalhamos com as seguintes problemáticas: Como a narração de Nael guia a história narrativa? Como os personagens subalternos são representados? Qual o papel feminino na obra? Em que medida o meio e condicionamentos modulam as identidades das personagens estudadas?

A partir disso, elegemos como objetivos específicos: 1) delinear o perfil narrativo de Nael e como ele reconstrói o passado por meio de suas memórias e relatos; 2) mostrar a posição que Nael ocupa na história e como isso reflete em sua identidade; 3) retratar a personagem indígena Domingas, considerando que ela está envolvida num processo de apagamento étnico dentro dessa família, ao mesmo tempo em que preserva alguns singelos movimentos para manter-se conectada a suas

matrizes indígenas; 4) evidenciar como as mulheres, Zana e Rânia, que pertencem ao núcleo familiar, são retratadas considerando o progresso e tradição no campo das conquistas femininas trazido pela modernização e globalização empregada pelas políticas brasileiras.

Para a construção do percurso teórico, consideramos a perspectiva do pensamento pós-colonial. Esta perspectiva traz às análises dos personagens, diálogos com as reminiscências coloniais de outrora e como elas impactam o presente de formas conflitantes e truncadas que permeiam e modelam tradições, culturas e identidades. Nesse viés é que Homi Bhabha (2019) aponta para a necessidade de dissecar a historicidade como forma a desnudar as introjeções coloniais, mesmo aquelas que não estão tão evidenciadas num primeiro olhar ao texto.

No contexto do passado colonialista brasileiro, essa empreitada - mesmo que cessada oficialmente - perpetuou tradições fixadas no imaginário coletivo e histórico, condicionando pensamentos e ideologias. Nesse sentido, a proposta de retomada ao passado pelos estudos pós-coloniais representa uma revisão crítica dos acontecimentos, sob a perspectiva das minorias, de modo a ser capaz de evidenciar as mazelas sociais e, no limite, romper com o *continuum* da história hegemônica construída por classes sociais dominantes, que subordinaram a história a seus interesses e aspirações de poder.

Bhabha (2019) decompõe o pensamento pós-colonialista teorizando sobre as problemáticas sociais, políticas e econômicas que surgem por causa de discursos hegemônicos e perpetuações coloniais. Ele aponta para uma reinscrição histórica a partir dos discursos das margens, desnudando a lógica colonialista que, uma vez inscrita no eixo cultural, rege relações sociopolíticas e econômicas. O autor aponta para as relações problemáticas de controle e subserviência herdadas desse passado, pois o longo período colonial e intercâmbio desigual entre povos permitiram que a lógica colonialista se incrustasse no imaginário coletivo, moldando as formas de identificação que também se forjam a partir desse imaginário colonialista.

É nesse sentido que Karl Erik Schøllhammer (2009), ao fazer um levantamento de algumas obras brasileiras contemporâneas que abarcam obras de 1970 até os anos 2000, - como as narrativas de Bernardo Carvalho, Antonio Callado, Marcelo Rubens Paiva, Paulo Lins -, aponta que essas literaturas fazem perceber as problemáticas históricas partindo de novos olhares, lançando questionamentos acerca

dos centros de pensamentos hegemônicos, mostrando o desconforto, as linhas tênues dos relacionamentos, as ambiguidades e aflições que abraçam os sujeitos. Esses romances contemplam diversos vieses de criticidade que propõem um repensar sobre as relações sociais, fazendo emergir vozes que abordam as problemáticas dos regimes de sujeição e apagamento sociocultural arraigados às tradições, que se arrastam até hoje.

Nessa perspectiva, Alfredo Bosi (2002) assinala que na ficção as obras podem exprimir reflexos ou variações da hegemonia, apresentando-se como “[...] variações, diferenças, distanciamentos, problematizações, rupturas e, no limite, negações das convenções dominantes do seu tempo” (BOSI, 2002, p. 10).

Também trazendo algumas características da literatura contemporânea, Regina Dalcastagné (2012) aponta que o romance reforça em seu interior os valores atrelados à ideia de tempo circundante que permeia a sociedade globalizada, em que não há evolução nem separação contínua e regular do que foi construído e moldado no passado, mas sim círculos que se interpelam. Néstor Garcia Canclini (2019) soma o termo “heterogeneidade multitemporal” ao debate para teorizar alguns aspectos culturais nas Américas hoje. Ele considera que a globalização, o crescimento econômico e industrial operaram severas mudanças que não se estenderam às renovações no campo social. Assim diversos padrões de reminiscências coloniais não foram completamente superados e se perpetuam às inovações, compondo relações cada vez mais problemáticas e truncadas.

Stuart Hall (2003) retoma a definição do termo pós-colonial como uma passagem reestruturadora da narrativa universal pelas margens, desconsiderando relações de superação da lógica colonial. Nesse sentido, as produções contemporâneas abordam as relações turvas entre comportamentos e ideologias que perpetuam a lógica colonial, e os que rompem com ela, para a evidenciar a dependência cultural desse passado.

É ainda Hall (2016) quem aponta que as percepções sobre a identidade sob a perspectiva pós-colonialista, envolvem olhar para as raízes opressoras que formam o sujeito subalternizado, ressaltando as ambivalências desse elo. De modo que as identidades híbridas formadas nesses meios, evocam em suas histórias um modo de consciência histórica de suas raízes, que recorre ao passado como um ponto de partida para desnudar, e idealmente romper, com o pensamento hegemônico.

Walter Mignolo (2020) aponta para a emergência dos saberes subalternos como um projeto revisionário que dá luz às narrativas que partem da visão micro. Promovendo uma consciência de que a lógica das reminiscências coloniais também os interpela, compreendendo um modo de consciência e ação. O autor utiliza o conceito de pensamento liminar para caracterizar esses “[...] momentos de fissura no imaginário do sistema mundial colonial/moderno” (MIGNOLO, 2020, p. 48).

Nos estudos antropológicos de Darcy Ribeiro (2021) sobre a formação cultural brasileira, o autor denomina como “Povos Novos” a resultante da mistura cultural díspar entre os portugueses colonizadores e povos sujeitados à dominação, como indígenas e africanos. Uma cultura forjada na superioridade do homem branco, que reverbera na identificação dos povos subalternizados.

Nada no mundo ficou alheio às forças desencadeadas pela expansão europeia. Ela está na base da renovação da natureza, cuja flora e fauna se uniformizaram em todas as latitudes. Ela é a causa fundamental da dizimação de milhares de etnias, da fusão de raças e da expansão linguística e cultural dos povos europeus [...] [que] se difundiram e generalizaram as tecnologias modernas, as formas de ordenação social e os corpos de valores vigentes [...] unificado pelo comércio e pelas comunicações (RIBEIRO, 2021, p. 70).

Bhabha aponta o presente como um momento de reflexão do passado, que ressignifica o discurso histórico linear dos acontecimentos, gerando um desconforto, tirando da narrativa a naturalidade com que as reverberações colonialistas se apresentam em muitos discursos. Dessa forma, o presente torna-se um “[...] lugar expandido e ex-cêntrico” (BHABHA, 2012, p.24), uma vez que as vozes narrativas partem das periferias culturais e não se aclimatam a esse sistema imposto. Por conseguinte, essas narrativas adquirem um caráter fronteiro, em que binarismos entre Eu e Outro são expandidos para evidenciar as relações intrincadas e raízes mais profundas das reminiscências colonialistas.

Hall (2003) discute acerca da dependência colonial e o complexo sistema de estruturas de subordinação inscritos na construção de identidades. Aqui a identidade se (re)molda em espaços de tensões, mistura cultural, mestiçagem, hibridismo e paradoxos. As interações das margens não consolidam uma posição final, embora sua afirmação identitária tenha “[...] repercussões reais e conceituais em um processo que envolve não só a conhecida globalização econômica, mas as dimensões culturais de fluxos migratórios, a produção artística e as raízes, novas e antigas” (HALL, 2003, p.19).

Tomando essas primeiras premissas teóricas, os capítulos que constituem esta dissertação entrelaçam a análise da obra *Dois Irmãos*, escrita por Hatoum, aos apontamentos teóricos para que a dinâmica entre um e outro tenha mais fluidez, uma vez que quatro personagens - Nael, Domingas, Rânia e Zana - foram tomados como objeto de estudo.

O primeiro capítulo consiste em uma breve apresentação do escritor Milton Hatoum, bem como sua trajetória pela literatura brasileira contemporânea, seguida de alguns trabalhos acadêmicos, escolhidos entre tantos, que abordam a narrativa de *Dois Irmãos* e oferecem um bom panorama da recepção crítica do romance no universo acadêmico de Letras.

O segundo capítulo se desdobra em torno do personagem-narrador Nael, apontando como sua narração se desdobra, considerando o narrador em primeira pessoa e o contexto subalternizado que ele se encontra. Esses aspectos refletem em sua identidade que é conflituosa. Neste capítulo as considerações acerca do narrador são amparadas especialmente em estudos de Dalcastagné (2012) e Maria Lúcia Dal Farra (1978). As questões acerca da identidade, colonialidade e contemporaneidade são desenvolvidas a partir de Hall (2003) e Bhabha (2019).

No terceiro capítulo, tecemos uma análise da personagem indígena Domingas, considerando o ambiente em que ela foi inserida, os processos de silenciamento de sua matriz indígena, assim como suas estratégias de resistência a esse sistema ao qual está presa. Domingas tem partes de sua vida contada por Nael, o cotidiano da lida doméstica na casa da família libanesa e as violências simbólicas direcionada a ela. A narrativa sobre ela traz uma crítica sobre o tratamento dado ao indígena e as fortes reminiscências escravistas que perpetuam essas relações.

Ribeiro (2017, 2021) traça um panorama sobre as relações entre indígenas e colonizadores, apontando para a empreitada colonizadora frente aos nativos que foram assimilados ao cotidiano de uma terra em colonização por meio de violências físicas e simbólicas, integrando esses povos como parte da cultura local, mas impondo severas sanções a suas matrizes culturais. Maria Regina Celestino Almeida (2010) traz ao debate contemporâneo as reminiscências desse passado, adicionando as diversas estratégias de sobrevivência, manutenção cultural e orgulho indígena que foram empregadas para a preservação étnica e sobrevivência desses povos num ambiente desfavorável a eles.

No quarto capítulo, as personagens Zana e Rânia são nosso foco da análise. Embora mãe e filha convivam no mesmo espaço, nossa análise busca evidenciar que uma e outra representam perspectivas históricas da mulher na sociedade sob diferentes perspectivas ideológicas que coexistem. Zana, a matriarca, mantém fortes vínculos culturais de reminiscência patriarcal: mãe, administradora do lar, zeladora e opressora dos filhos. Por seu turno, Rânia traça para si um destino menos ligado ao lar, conquistando seu espaço por meio do trabalho no comércio do pai, que ela assume. Mesmo ultrapassando algumas barreiras impostas socialmente, Rânia não consegue se desvincular completamente dos requerimentos e das fortes cobranças exigidas das mulheres no meio em que vive.

Como aporte teórico para esses apontamentos, Mary Del Priore (2013) e Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994) trazem contribuições acerca do papel feminino na sociedade desde os tempos coloniais até o fim do século XX, apontando mudanças, avanços e ambiguidades dos discursos empregados acerca da mulher, velando os traços conservadores agarrados aos avanços conquistados. As autoras contemplam os requerimentos exigidos das mulheres que têm suas heranças na sociedade patriarcal, e também os expressivos progressos conquistados por elas no século XX, aliados à modernização da sociedade e ao compartilhamento de espaços antes pertencentes apenas aos homens, adicionando também as problemáticas desse encontro. Nesse sentido, os avanços estão frequentemente em embate e convívio com o tradicional, gerando a sensação de alternância entre presente e passado.

Partindo dessas primeiras premissas e definições teóricas, as análises das personagens, ao longo dos quatro capítulos, trazem um enfoque que alinha literatura e sociedade, mapeando como heranças de tempos coloniais ainda se fazem presentes nas personagens de *Dois Irmãos* em diferentes formatos. Esses aspectos são evidenciados pela narração de Nael, que lança sobre a normalidade cotidiana das relações dessa casa, um novo enviesamento, proporcionando uma releitura histórica sob a perspectiva da minoria. Ele expõe as relações ambíguas, intrincadas e conflituosas que são formadas no contato entre personagens subalternos e inferiorizados com os demais membros da casa.

1 FORTUNA CRÍTICA DE MILTON HATOUM: ALGUMAS PERSPECTIVAS

Milton Hatoum (1952) é um escritor, tradutor e professor brasileiro, nascido em Manaus, filho de descendentes libaneses. Hatoum cursou Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (USP), onde também cursou algumas disciplinas da Faculdade de Letras, tendo contato com a produção literária hispano-americana. Em 1980, viajou para a Espanha como bolsista do Instituto Iberoamericano de Cooperación. Nessa década, viveu entre Madri e Barcelona. Logo depois, mudou-se para a França, onde cursou pós-graduação em Estudos Literários na Universidade de Paris. Foi professor de literatura na Universidade Federal do Amazonas em 1983 e na Universidade da Califórnia em Berkeley em 1999.

Hatoum estreou no cenário literário com o romance *Relato de um certo Oriente* (1989), livro com o qual também venceu o prêmio Jabuti como melhor romance brasileiro. Seu segundo livro, *Dois Irmãos* (2000) - sobre o qual este trabalho se debruça - também ganhou o prêmio Jabuti. Com *Cinzas do Norte* (2005), além do Jabuti ele ganhou premiações como o Livro do Ano, Bravo!, APCA e Portugal Telecom. Na continuidade de sua produção literária, Hatoum publicou *Órfãos do Eldorado*, (2008) que ganhou uma adaptação para o cinema em 2015 com direção de Guilherme Cezar Coelho e roteiro do próprio escritor. Em 2009, o autor lançou o livro de contos *A cidade ilhada*. Em 2017 publicou *A noite da espera*, primeiro volume da trilogia *O lugar mais sombrio*. O segundo volume, intitulado *Pontos de Fuga*, veio a público em 2019.

Hatoum é um autor que possui grande popularidade literária, e isso reflete nas premiações recebidas que não se restringem ao Brasil. Sendo um escritor popular, pesquisadores também têm se dedicado a estudar sua obra. Existem muitos estudos críticos a respeito de sua produção literária que vêm sendo realizados desde que ele iniciou sua carreira na literatura. Diversas pesquisas acadêmicas têm canonizado suas obras de ficção. A título de exemplo, no âmbito acadêmico, Karl Erik Schøllhammer (2009) escreveu que Hatoum é um dos expoentes da literatura brasileira contemporânea.

Em relação à reverberação crítica e popularidade, *Dois Irmãos* é uma obra de grande visibilidade. Além do prêmio Jabuti recebido em 2001, o romance possui três adaptações nacionais que abarcam campos artísticos diversos: teatro (2008), quadrinhos (2015) e minissérie (2017), esta produzida pela emissora televisiva Rede

Globo. Essa adaptação para televisão contribuiu para a grande popularidade de *Dois Irmãos* e também alavancou a repercussão das obras de Hatoum. Um artigo da *IG São Paulo* de 2017 evidencia que, pela repercussão da minissérie nas telas, a venda do romance aumentou mais de 500% logo após sua transmissão em canal aberto.

Nesta dissertação, abordaremos o segundo romance do autor, *Dois Irmãos*. Por isso, esse capítulo traz uma sucinta fortuna crítica acerca de estudos que têm focado a produção literária de Hatoum. Algumas pesquisas aqui mencionadas contemplam diversas perspectivas, e estes trabalhos científicos serviram para formar boa parte do arcabouço crítico que serviu para o desenvolvimento dos capítulos que compõem a dissertação.

Destacamos aqui algumas pesquisas que abordam o papel da memória na construção narrativa de algumas obras de Hatoum: uma delas é o livro de ensaios *Arquitetura da memória: ensaios sobre os romances Relato De Um Certo Oriente, Dois Irmãos e Cinzas do Norte de Milton Hatoum* (2007) organizado por Maria da Luz Pinheiro de Cristo. O volume aborda, sob diversos ângulos, como e em que medida a reconstrução da memória afeta os personagens. Alguns capítulos nesse livro trazem o foco para os narradores, outros procuram evidenciar como ocorre a construção mnemônica dos personagens que têm suas histórias contadas.

O próprio autor Hatoum discorre acerca da importância da memória para a escrita de seus romances:

A distância excita a memória e nos permite experimentar sensações, tecer reflexões sobre um mundo supostamente decifrado [...] O conhecido torna-se nebuloso; o que nos era familiar torna-se às vezes estranho. O Outro, outrora tão íntimo, passa a adquirir uma qualidade imaginária próxima da ficção (HATOUM, 2018, p. 16).

Estes aspectos dialogam com essa dissertação na medida em que também retomamos, em especial no segundo capítulo, o papel da memória para a narrativa que Nael constrói para recapitular os eventos do passado do lar libanês onde viveu. A memória evocada por Nael tem a característica de ser perpassada por outras vozes e serem filtradas por sua própria visão sobre os acontecimentos.

Também há pesquisas que se aprofundam na representação da figura do imigrante nas obras de Hatoum. É o caso do livro do professor alemão Albert Von Brunn *Milton Hatoum: entre Oriente e Amazônia* (2018). A obra traça alguns pontos de análise sobre a construção do Oriente em Manaus, falando sobre hibridismo

cultural, a mistura entre histórias clássicas orientais com o trópico amazonense, a floresta, as comidas e o grande fluxo étnico-cultural que o porto de Manaus propicia para a construção híbrida nos romances do autor.

Além disso, Brunn evidencia o caráter da imigração e os intercâmbios culturais que são encontrados nos romances com personagens árabes, como é o caso de Halim em *Dois Irmãos* e de Emilie em *Retrato de um certo Oriente*. Brunn aponta os resgates culturais do que ele chama de oriente-amazônico, e toda a mistura cultural proporcionada pela união de dois mundos diversos que se encontram nas ações e casas desses personagens.

Entre alguns exemplos, Brunn menciona na narrativa de *Dois Irmãos* o personagem Galib, que chega a Manaus com sua filha Zana ainda pequena, e ao abrir o restaurante Biblos, de gastronomia árabe, adiciona a seus pratos temperos e peixes tipicamente amazonenses conforme aponta a seguinte passagem: “No Mercado Municipal, escolhia uma pescada, um tucunaré ou um matrinxã, recheava-o com farofa e azeitonas” (HATOUM, 2000a, p.48).

Em *Ficção brasileira contemporânea* (2009), Karl Erik Schøllhammer aponta brevemente alguns aspectos do que ele assinala como regionalismo contemporâneo. Segundo ele, os romances de Hatoum - referindo-se a *Relato de um Certo Oriente* e *Dois Irmãos* - trazem as peculiaridades da região amazônica, sem figuras fetichizadas ou personagens demasiadamente folclóricos. As narrativas ocorrem no ambiente amazônico, com destaque à fauna e flora, mas, ainda sim, mantendo o enredo envolvido por histórias universais, como os dramas familiares, vinganças, relações amorosas e a retomada da memória coletiva. Nessas tramas, as personagens representam a cultura do país em sua vasta diversidade. Observa o autor que “Encontramos nos romances de Hatoum o regionalismo amazonense [...] em confluência com um memorialismo familiar, resgatando a história dos emigrantes árabes no Brasil” (SCHØLLHAMMER, 2009, p. 87).

Na tese de doutorado de Vivian de Assis Lemos intitulada “Das ruínas à memória: a travessia familiar em *Relato de um certo Oriente* e *Dois Irmãos*” (2018), a autora trata sobre a dinâmica familiar pautando-se especialmente na psicanálise freudiana relacionando as personagens femininas Zana, Rânia e Domingas com os gêmeos Yaqub e Omar sob a perspectiva da castração, do incesto e a falência do pai como figura de poder no lar. Nas duas obras de Hatoum, a pesquisadora investiga o

percurso das ruínas familiares, que ocorrem em ambos os romances, evidenciando questões sobre as matriarcas, que participam ativamente no esfacelamento de seus lares em decorrência de seus comportamentos possessivos.

Em sua tese, Lemos (2018) aborda a ruína familiar amparada pelas pesquisas da historiadora psicanalista Élisabeth Roudinesco. A psicanalista aponta para a insurgência de famílias desestabilizadas, especialmente após a industrialização do mundo e a ascensão do capitalismo. Nesse sentido, a leitura do romance de Hatoum adquire uma leitura do lar desmantelado por essas mudanças estruturais na sociedade que afetam diretamente o universo da casa.

No artigo de Mariana Jantsch de Souza (2014), intitulado “Fronteiras simbólicas: espaços de hibridismo cultural, uma leitura de *Dois Irmãos* de Milton Hatoum”, a autora lança algumas discussões aplicadas à obra aliadas ao desenvolvimento da ideia de fronteira e as movimentações possíveis nesse local. Para a realização de suas reflexões, Souza emprega as contribuições teóricas de Homi Bhabha com o intuito de desenvolver tanto o conceito de fronteira no sentido de um local de conflitos, relações paradoxais e miscigenação cultural. A autora inicia sua discussão trazendo algumas definições sobre fronteiras e suas reverberações nas relações entre Eu e Outro, teorizadas por Bhabha.

A autora aborda o personagem Halim, e algumas movimentações dele como imigrante, que expressa parte de sua cultura árabe em casa, num ambiente mais intimista, como nos momentos em que fala em sua língua-mãe, quando fuma seu narguilé e retoma suas histórias do passado nas conversas que tem com Nael.

Também há estudos comparativos entre os romances de Hatoum *Dois Irmãos* e *Relato de um certo Oriente* aproximando os narradores de ambas as narrativas, no que tange discussões que abarcam o papel dos narradores e seus posicionamentos nos enredos. É este o objetivo de Sylvia Telarolli (2010), em “Memória e identidade nos romances de Milton Hatoum”. No artigo a autora aborda a questão dos narradores de Hatoum serem personagens periféricos na história, e apresentarem sua narração por meio de memórias alheias e testemunhos de situações vivenciadas, com várias omissões e hipóteses sobre o desfecho real das histórias, deixando várias lacunas que são preenchidas pela interpretação do leitor.

No artigo “Dois Irmãos: romance de suspeição” (2012), Maria Analice Pereira da Silva reforça em Nael o caráter de narrador que transita entre um compilado de

outras vozes que se misturam e se interpelam, aliado ao mistério de sermos apresentados ao narrador apenas quando o romance está em suas páginas finais, gerando essa curiosidade e a suspeição sugerida. Nesse aspecto, a autora destaca que “A sua desconfiança é alimentada pela omissão da identidade do pai do narrador por parte dos outros personagens, pelo fato de ser uma história de reminiscências, o que já explica, de certa maneira, as incertezas, as ambiguidades, a suspeição” (SILVA, 2012, p. 39).

Na dissertação “Rede de histórias: Identidade(s) e memória(s) no romance *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum”, Tatiana Salgueiro Caldeira (2004) apresenta um estudo referente a Nael e sua importância narrativa, evidenciando as outras vozes que o compõe como sujeito, além da própria cidade de Manaus com seu grande trânsito étnico. Assinalando como esses aspectos participam da formação da identidade de Nael como narrador, além de proporcionar o resgate das identidades de outros personagens.

Nael recupera a memória pelo resgate dessas múltiplas vozes que, de certa forma, possibilitam a reconstrução de identidades plurais e individualizadas e, ao mesmo tempo, individuais, na medida em que o destino coletivo é representado individualmente a partir da representação ficcional dos membros de uma família de imigrantes sírio-libaneses e seus agregados (CALDEIRA, 2004, p. 12).

Em nossa dissertação, recapitulamos o fundo histórico do século XX, em que a obra *Dois Irmãos* percorre, aliado ao enredo, para apontar as reminiscências patriarcais perpetuadas ao longo da história que ainda moldam comportamentos e crenças. O enlace entre tradição e modernidade torna-se mais complexo ao longo do avanço da globalização. Assim as relações entre opressores e oprimidos se encontram muito mais truncadas, se misturam formando aspectos das identidades e geram diversos questionamentos paradoxais. No romance sobre o qual nos debruçamos, as personagens estudadas representam essa faceta com diferentes implicações em diversos níveis.

Várias pesquisas evidenciam a relevância dos fundos históricos que Hatoum utiliza nas suas narrativas, como o artigo “Um autor, várias vozes: identidade, alteridade e poder na narrativa de Milton Hatoum” (2011) de Gabriel Albuquerque. O autor aponta que os elementos históricos estão incorporados às narrativas, apresentam críticas importantes e bem estruturadas, além de comporem cenários importantes para o desfecho do destino de alguns personagens. Em *Dois Irmãos*

vemos isso com a ditadura civil-militar e o destino fatal de Laval, o professor de francês, com quem Nael cria uma forte conexão e vê como inspiração. Outro desdobramento tem a ver com a perseguição de Omar, que transcorre no fim do romance. Aliás, este segundo fato é desencadeado por meio da amizade de Omar com Laval, considerada politicamente perigosa para a manutenção do governo ditatorial de então.

No romance também são evidenciadas a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) no início do romance, seguido da guinada econômica do país, a Guerra Fria e a disseminação da ideologia do 'estilo de vida americano' (*American Way of Life*). Vemos também a inauguração de Brasília em 1960, o estabelecimento da Zona Franca de Manaus e toda a movimentação comercial que isso trouxe para a cidade, além de parte que se ocupa da ditadura civil-militar (1964-1985), especialmente em seus primeiros anos.

A narração da obra não ocorre de forma linear. Ao narrar, Nael efetua diversos saltos na história, algumas datas são um pouco imprecisas. Para que os leitores possam se situar melhor no enredo de *Dois irmãos*, apontamos aqui uma possível cronologia dos fatos sucedidos ao longo da trama. Essa cronologia, de alguns fatos do enredo, é possível de ser estabelecida porque Nael conecta alguns acontecimentos da história do Brasil à trama familiar com a qual se ocupa em relatar. Assim, essas referências servem de comparação para uma construção linear da trajetória da família libanesa. Salientamos também que Nael menciona, em certas passagens, algumas referências temporais que servem de base para traçar essa cronologia.

Na narrativa, Halim relata à Nael que havia chegado ao Brasil com um tio no final do século dezenove. Em 1914, ano do começo da Primeira Guerra Mundial, Galib, o pai de Zana, inaugura o restaurante Biblos em Manaus, local de encontro de imigrantes, especialmente árabes. Por volta de 1915, Zana e Halim se casam. Em 1925, nascem os gêmeos Yaqub e Omar. O nascimento de Rânia ocorre em 1929. A grande briga entre os gêmeos acontece em 1938, quando completam treze anos de idade, um ano antes do início da Segunda Guerra Mundial. Em seguida, em 1945 Yaqub retorna do Líbano, logo após findada a Segunda Guerra. Em 1946 nasce Nael. Em 1960 Rânia reforma a loja do pai. Em 1964, quando começava a ditadura civil-militar que iria até 1985, Nael completa seus dezoito anos.

Em suma, este trabalho se apoia nesses autores que trazem o narrador Nael como peça essencial para a desenvoltura do romance. Ao trazer esse aspecto para nosso trabalho, objetivamos proporcionar contribuições que remetam às dinâmicas narrativas de reminiscências de cunho patriarcal e colonialista que ainda reverberam nas construções identitárias de Nael, e também nos demais personagens desse círculo familiar.

2. NAEL, O PERSONAGEM E NARRADOR DE *DOIS IRMÃOS*

Este capítulo enfoca na análise do personagem-narrador Nael, considerando o papel do narrador na literatura contemporânea sob a perspectiva narrativa de um sujeito afastado do centro hegemônico. Nael, enquanto personagem, tem uma posição subalternizada em *Dois irmãos*. Enquanto que seu olhar para o passado, como narrador tem uma visão ex-cêntrica e crítica sob sua história e a dessa família. Ele narra através de estratégias polifônicas dos relatos e vozes que o circundam. Apesar disso, sua própria narração e seu posicionamento crítico estão impressos nas histórias que o interpelam.

A narração é conduzida pelo Nael adulto, que volta seu olhar para as memórias e lembranças do passado dessa casa libanesa em que viveu como empregado. Ali ele relembra às movimentações dramáticas que se passaram. O narrador procura nesse passado, cercado de omissões e silenciamentos, suas origens, tenta descobrir quem é seu pai, que julga ser um dos gêmeos. Busca também entender mais sobre a história da própria mãe, Domingas. Todos esses acontecimentos culminam em traços que marcam a identidade de Nael, que se configura como um sujeito à margem da história hegemônica, operando uma ligeira mudança nesse lugar que lhe é imposto. O sentimento de não pertencimento ao local que passou grande parte de sua vida, é aliado à ambiguidade de sentimentos frente aos habitantes da casa.

Narrador em primeira pessoa, Nael evoca o relato de outros personagens de *Dois irmãos* para dar corpo a sua narrativa. Com isso, ele imprime críticas à história, trazendo algumas reflexões, questionamentos e ironias acerca de vários acontecimentos, ainda que como personagem ele seja secundário para a movimentação da trama familiar.

Por meio de sua voz narrativa, o resgate do passado tem um tom amargo e melancólico, revelando as tragédias, o ambiente de subalternização que lhe é imposto, e as reminiscências da lógica colonial no cerne do cotidiano da casa. Em sua caminhada pelo passado, conhecemos intimamente a família libanesa, alguns relances da vida de Domingas, além de sua própria história, estão marcados pela busca das origens paternas e sua formação como sujeito. Essas relações reforçam as ambiguidades de sentimentos de Nael, que tem relações duais com os membros da

casa que exploraram a mãe e ele e, ao mesmo tempo, também foram fonte de afeto e referência familiar.

Wander Melo Miranda (2010) explana que o trabalho de interpretação histórica se dá pautado na sobrevivência e contaminação do passado e suas reminiscências, sob a perspectiva de um novo olhar sobre essa história. No caso de Nael, ele relata a decadência dessa família libanesa. Ele anseia investigar as suas origens nesses sedimentos de memórias a que tem acesso, retomando o passado como um ponto de vista múltiplo e plural por intermédio de uma reinterpretação da memória.

Por meio das conversas, memórias e relatos que Nael tem acesso - especialmente de Halim e Domingas - ele representa essa voz próxima da família, mesmo que não completamente dentro dela. Essa situação o torna um narrador esquivo, que apenas revela sua identidade nas páginas finais do romance.

Apenas após a morte de Halim, Nael toma mais espaço na narrativa, especialmente quando Domingas lhe explica a origem de seu nome e alguns detalhes sobre seu nascimento e batismo. À certa altura da narrativa, tornado claro quem é o narrador para os leitores, Nael passa a ter mais desenvoltura como sujeito e personagem. Conhecemos, assim, o narrador que desnuda a história da derrocada dessa família, já liberto da condição de empregado assujeitado.

Maria Analice Pereira da Silva (2012) ressalta a importância de Nael como narrador para a condução do romance, bem como o enigma em torno de sua identificação. A omissão de seu nome opera para a construção do que ela chama de romance de suspeição, uma vez que tal omissão caracteriza-se como elemento para expor as incongruências da construção narrativa num “[...] movimento de mão dupla do narrador que ora se distancia (quando, por exemplo, omite seu nome), ora se aproxima (quando, por exemplo, demonstra ser um membro da família)” (SILVA, 2012, p. 39). Além disso, a suspeição se mantém porque muitas informações foram omitidas de Nael. E suas memórias do passado se dão por meio de relatos alheios e momentos a que ele assistiu parcialmente, resultando, por conseguinte, numa reconstrução parcial e unilateral dos acontecimentos.

Bhabha (2019) adiciona à discussão a importância de narrativas emergentes que trazem novos olhares para a historiografia, mudando perspectivas unilaterais centralizadas. Isso rompe com ideais de progressividade e linearidade temporal,

evidenciando o caráter fluido das ideologias, que são retomadas com novos vieses nas narrativas contemporâneas.

Por sua vez, Mignolo (2020) assinala que a emergência das histórias subalternizadas constitui momentos de fissura das narrativas hegemônicas, propondo uma rearticulação histórica sob perspectivas de narrativas localizadas às margens. Esse processo de narração não se afasta dos projetos globais hegemônicos, mas também não reproduz o mesmo discurso de continuidade. Eles estabelecem reflexões emaranhadas entre a lógica hegemônica e subalternização, lançando mão de evidenciar as relações truncadas e complexas geradas por esse convívio, destacando a permanência do passado no presente.

Essas novas constituições narrativas, na ótica de Hall (2003), não operam pensando em superação hegemônica, mas propõem um novo ponto de partida para pensar sobre a história. Assim, a função paradoxal do narrador tem ainda mais importância na construção narrativa.

Em *Dois Irmãos*, Nael é um sujeito alocado em uma posição de subalternidade pelos membros dessa família libanesa, ao mesmo tempo ele também mantém íntimas ligações com aqueles que o oprimem. Por isso, ele faz tanto a movimentação de se desvincular dos membros do clã quanto, concomitantemente, não consegue completamente se desligar deles, por causa das ligações emaranhadas que são criadas nesse ambiente que esteve submerso por grande parte de sua vida.

Como se percebe na postura de Nael, a emergência das histórias subalternas não significa independência do passado e suas influências, mas sim visa interrogar a estrutura do pensamento colonial e o seu impacto na sociedade, sem aceitar ou negar essa lógica. Assim, a dinâmica se volta para estabelecer relações intrínsecas entre lógica colonial e discurso de subalternos, exprimindo as delimitações de sujeitos e suas identidades. É nesse sentido que Bosi frisa “[...] onde vislumbramos acenos contra-ideológicos descobrimos que o presente está ou sob o olhar do passado ou voltado para um futuro ideal, um olhar que irradia do culto ou da cultura” (1992, p. 34).

Considerando essa perspectiva alinhada à história brasileira do passado, que ainda reflete e reverbera no presente, Ribeiro (2021) aponta que, para algumas causas do desenvolvimento desigual de povos no processo da formação cultural brasileira, os povos indígenas e africanos foram sujeitados pelo sistema colonizador, dando início a uma cultura de subalternização.

Essas estratégias ideológico-culturais engendradas envolvem o embate entre culturas colocadas como antagonistas no cenário colonialista, que posicionam socialmente o índio e o negro como naturalmente inferiores. Assim, o enviesamento colonialista avança na história, se insere nos aspectos normativos e ideológicos de todos grupos étnicos, incluindo esses povos subalternizados. No percurso histórico, esses povos têm uma maior tendência de perpetuarem-se como socialmente espúrios, ou sujeitos que não conseguem se estruturar como autônomos, naturalizando a estrutura de sujeição criada.

Seguindo os preceitos sobre o vínculo entre passado e presente, Bhabha (2019) faz um amplo mapeamento acerca do retorno ao passado empregado pelas narrativas pós-coloniais, assinalando que a retomada dessas histórias pela perspectiva das minorias e de sujeitos subalternos, ocorre num momento de forte trânsito cultural, ocasionado pela globalização e a necessidade de revisões da história, que reparam as tendências em excluir e sujeitar populações.

Assim, os cruzamentos e relações culturais trabalhadas nas narrativas são ainda mais intrincados, uma vez que esboçam esses embates, angústias e sentimentos de não pertencimento. Passado e presente, inclusão e exclusão, se interpelam. Isso culmina em sentimentos de desorientação e situações paradoxais. Nesse sentido, a presença de margens deslizantes é engajada com esse histórico do mundo pós-colonial, e a retomada do passado serve como uma “[...] causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-se como um ‘entre-lugar’ contingente que inova e interrompe a atuação no presente” (BHABHA, 2019, p. 29).

Ainda nessa linha de raciocínio, Mignolo (2020) adiciona que as perspectivas subalternas absorvem e deslocam o conhecimento hegemônico, trazendo à narração vieses políticos, sociais e culturais enfatizados como parte do confronto entre subalternização e colonização. Por essa perspectiva, as vozes emergentes revelam em suas histórias pessoais e em suas formações identitárias, o caráter de negociação intrincada com esses conhecimentos hegemônicos. Isso evidencia a necessidade de narrativas que emergem das margens tratem de assuntos que envolvem as raízes dessa configuração social, retomando o passado, conscientes das complexidades e relações intrincadas que permeiam os ambientes sociais. Permite-se, portanto, um ponto de transformação histórica, que introduz novas temporalidades discursivas no curso histórico, trazendo novos olhares que partem dessa perspectiva marginalizada.

Hall (2003) desenvolve a problemática da representação, evidenciando a violência nos processos de identidade e formação cultural. É nesta perspectiva, que muitos povos postos às margens eram representados e definidos. Afinal, não havia espaços de expressão completamente livres da dominação hegemônica. Desse modo, Hall questiona os tipos de representações possíveis, dada toda essa carga histórica.

Tal situação se confirma em Nael, o filho bastardo da empregada indígena Domingas. Ele criado como subalterno, com o fardo de espúrio, sendo visto como a sombra de lembranças reprimidas pelos membros da casa: um suposto envolvimento amoroso de Domingas com Yaqub e o episódio em que Omar a estupra, que pode ter sido o momento de sua gênese, apesar de não haver uma confirmação sobre isso. Todo esse passado silenciado e a ânsia de saber sobre suas origens, são compartilhados por Nael num sentimento inquietante de falta, que ele tenta reconstruir pela evocação de memórias suas, de Domingas, de Halim e, em algumas pequenas doses, de Zana. Apenas no desfecho da narrativa, com o desmantelamento do clã, é que Nael mostra sua história, afastado dos membros remanescentes, revelando a quebra do vínculo que o condicionava à subalternidade, mas, ainda assim, assumindo que esse passado é importante para sua construção identitária e crítica.

Salientamos que a identidade¹ é um sentimento de pertencimento a grupos, crenças e tradições que são partilhados socialmente. O fator social é o principal delineador dessas definições, que são historicamente marcadas e também sofrem variações com o passar do tempo. Pensando na parcela social que envolve a constituição da identidade, Bhabha (2019) ressalta que a identidade é parte permanente de questionamentos, aliada ao espaço concedido e/ou limitado à sua representação. Assim, a constituição identitária está diretamente ligada à percepção da diferença entre Eu e Outro, seus limites e convergências. Nessa perspectiva, a identidade se desdobra em duas pressuposições: definir o que a compõe, e o que não pertence a sua representação.

Kathryn Woodward (2014) traça alguns conceitos acerca da identidade e diferença, e aponta para a construção simbólica social que circunda esse tópico,

¹ Para abordar a questão da identidade trazemos autores que fazem escolhas por palavras diversas para falar da temática: Woodward (2014) e Moriconi (2001) utilizam o termo identificação; já Hall (2003) utiliza identidade, e Canclini (2019) fala de hibridações. Todos autores, em suas escolhas lexicais, trazem para a temática o sentido de relações cambiantes que perpassam a retomada ao passado e posturas políticas frente aos questionamentos sobre o sujeito, identidades e alteridade.

evidenciando que, nas sociedades modernas, a questão identitária é ainda mais complexa devido à volatilidade das relações sociais e à maleabilidade das fronteiras entre Eu e Outro. Dessa maneira, uma forma de definição dos traços identitários passa a ser baseado na diferença, ou seja, falar sobre o que a identidade não é, com o intuito de caracterizá-la.

Adicionam-se à discussão os preceitos pós-coloniais e as heranças colonialistas que permeiam as relações modernas e também marcam as formações identitárias. Logo, o eco do passado, marcado por escravidão e patriarcalismo delinea os círculos sociais que influenciam as identidades.

Por isso, a retomada ao passado opera como um elemento para a construção da identidade, partindo de uma proposta não essencialista, que recorre ao passado como precursor social essencial para definir características comuns atreladas a certas parcelas populacionais, gerando a consciência de que as condições sociais e materiais operaram contra ou a favor na dinâmica social. Essas construções sociais delineadas no passado promovem a diferenciação social entre quem é excluído ou incluído.

As relações entre cultura e significado e as posições dos sujeitos nas dinâmicas sociais, influenciam as representações das identidades. Logo - considerando a visão ocidental de um mundo que partilha de heranças colonialistas-, as identidades de grupos que foram colonizados, também se configuram e se esquematizam dentro desse sistema simbólico hegemônico, mesmo que nem sempre exista consciência disso. Hall (2016) aponta que a cultura que permeia a representação, se relaciona com sentimentos, emoções e senso de pertencimento. Portanto, os significados culturais organizam e regulam as práticas sociais, influenciam condutas, dão sentido a indivíduos, objetos e acontecimentos. Como observa Woodward, “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no que podemos nos tornar” (2014, p. 18).

Nesse sentido, o questionamento acerca da identidade retoma a consciência dessas cadeias de controle e generalizações implementadas, para manter a estrutura hegemônica dominante ainda vigente, mesmo com as mudanças maciças trazidas pela contemporaneidade. Cumpre adicionar o fato de que a estruturação ideológica

das sociedades nas Américas foi provida de modo a manter a subordinação dos povos ora colonizados, promovendo uma interiorização da lógica colonial, que se enraíza nos valores, cultura e lógica estrutural.

Em razão disso, é corriqueiro que, em romances brasileiros, personagens pertencentes a grupos subalternizados, como negros, indígenas e quaisquer outras etnias desfavorecidas historicamente, sejam representados com poucas chances de mudança social, com comportamentos padronizados ou estereotipados, porque suas identidades estão delineadas a favor da dinâmica social que os oprime. Evidente que o relato dessas personagens tem objetivos variáveis, podendo endossar ou exercer uma função crítica. “A história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência”, salienta Canclini (2019, p. 23).

Eis alguns exemplos desse processo de estereotipação que ocorre na nossa literatura: Rita Baiana personagem do romance naturalista *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, é a representação da mulher afrodescendente erotizada, cujo corpo belo e forte revela-se propício aos prazeres carnavais e ao trabalho braçal. No Romantismo, Peri, o herói de *O guarani* (1857), de José de Alencar, evoca um índio passivo, sem resistência à empreitada colonizadora, personificando a figura do bom-selvagem que se salva pelo contato com o homem branco.

Em tonalidade mais crítica, podemos destacar as personagens femininas dos contos de *Laços de Família* (1960), obra escrita por Clarice Lispector, que vivem as consequências mais diversas da reminiscência patriarcal em seus cotidianos. Enfim, em *Ponciá Vicêncio* (2003), Conceição Evaristo mostra-nos visceralmente as limitações impostas indiretamente à população negra após o nosso passado escravista e o desamparo pós-abolição.

Em *Dois Irmãos*, a identidade de Nael também é parcialmente constituída por algumas padronizações. O primeiro é o de sujeito subalternizado, o empregado da família que sobrevive da benevolência de um e outro membro do clã: é Halim quem reforma seu quatinho embolorado aos fundos da casa, é Yaqub quem lhe doa livros, roupas e depois o casebre em que morara. Nael é delineado por essas relações, desenvolvendo apenas com a maturidade um olhar crítico frente à exploração que sofreu por diversos anos de sua vida.

A aceleração cultural promovida pelo mercado globalizado nas sociedades contemporâneas, gera tanto um movimento rumo à homogeneidade, quanto à insurgência de novas posições de identidades reagindo à marginalização e contestando os discursos vigentes. Nesse sentido, as identidades insurgentes – que estão localizadas no limite entre mudanças sociais e a permanência de antigos padrões – estabelecem novas formas de posicionamentos frente a essa sociedade, reivindicando a história homogeneizadora. Com isso pretende-se recuperar e reescrever histórias sob novas perspectivas mais afastadas do centro, e que também mostrem a contradição, parcialidade e dificuldades que permeiam essas mudanças.

2.1 NAEL E O HIBRIDISMO IDENTITÁRIO

Considerando as prerrogativas iniciais sobre a perspectiva pós-colonialista para o estudo de obras literárias contemporâneas, a posição do narrador tem grande importância para a proposta de desnudar mecanismos de opressão e submissão. Pela ótica do narrador, podemos observar as relações truncadas entre opressores e oprimidos - que não se configuram em lógicas binárias -, as reminiscências da lógica colonialista, revestida aos novos sistemas aliados à globalização.

Jaime Ginzburg (2012) evidencia que nas narrativas nacionais contemporâneas, há certa tendência em trazer narradores que se afastam de valores centralizantes da sociedade, e representem sujeitos que estão às margens sociais para constituírem a voz narrativa das histórias. Essas vozes narrativas têm uma visão social mais crítica, além de serem sujeitos em conflito.

Ao lado desses sujeitos, geralmente, encontram-se um ou mais personagens que cultivam e perpetuam alguns dos valores centralizantes e universalizantes para evidenciar o embate, as relações truncadas e paradoxos que operam nesse convívio.

Na narrativa de *Dois Irmãos*, acompanhamos, de um lado, a manutenção de resquícios de uma sociedade de cunho mais patriarcal, mesmo que com diversas ressalvas, na figura de Zana. Do outro lado, Domingas esboça o espaço imposto ao indígena e sua luta por sobrevivência num ambiente desfavorável. Nesse sentido, Ginzburg (2012) menciona a popularidade de sagas familiares que operam como minimundo, referenciando oprimidos e opressores e suas relações, num nicho reduzido, mas que expressa essa dinâmica social truncada formada pelo cotidiano.

O narrador empreende, assim, um novo olhar sobre a história, mesmo que nem sempre desvencilhado dos estereótipos e representações forjadas. Ele imprime em sua narração o desconforto gerado, as mazelas deixadas pela história opressora, em que os contatos com valores hegemônicos não são desprezados ou substituídos, mas sim questionados. Essa ação do narrador decorre do afastamento de categorias estruturais tradicionais por meio de sua descentralização, que se volta contra a exclusão, apresentando novos pontos de luz sobre o passado, confrontando, desnudando violências, ciente de sua própria limitação e incompletude. Isso corrobora com Hall exprime que “Significados marginais ou submersos vêm à tona e permitem que diferentes significados sejam construídos, coisas diversas sejam mostradas e ditas” (2016, p. 211).

Evidenciando a importância do olhar narrativo para a história narrada, a perspectiva do narrador é fundamental para delinear as movimentações, enfoque e posicionamentos de personagens. O narrador cria as representações e impressões segundo seu desejo, e por meio de sua narração é que “[...] poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do *eu* aos valores ou antivalores do seu meio” (BOSI, 2002, p. 121). Ele é quem pode plasmar os personagens e a si mesmo com uma face única, pode mostrar os diversos graus de identificação, distanciamento e, no limite, uma ruptura de valores, ideologias e posicionamentos sociais que estão em jogo no corpo narrativo.

É nesse sentido que Regina Dalcastagnè (2012) faz apontamentos acerca do narrador contemporâneo e sua despretensão em se portar como imparcial e onisciente. Essas características se desenham especialmente a partir da segunda metade do século XX – mas inauguradas, algumas décadas antes, pelo narrador de *Dom Casmurro* (1899), cujo ponto de vista se revela deliberadamente parcial e intimista.

A autora destaca que Bento Santiago pertence ao rol de narradores suspeitos, visto que a imparcialidade discursiva não é sequer pretendida ou disfarçada, as histórias são “[...] conduzidas para dentro da trama por alguém que tropeça no discurso, esbarra em outras personagens, perde o fio da meada [...] seja porque tem uma consciência embaçada, seja porque possui interesses precisos e vai defendê-los” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 107). Esses narradores estão plenamente imersos nas histórias e seus olhares narrativos partem dessas premissas.

Logo, o entorno ideológico compartilhado pelo narrador ecoa na narrativa pelas descrições de personagens, conversas e gestos, pela ambientação criada e tudo a que o narrador tem acesso. Maria Lúcia Dal Farra (1978) evidencia que o narrador delinea as outras personagens, podendo moldá-las e caracterizá-las com mais ou menos simpatia, recriando-as a partir do seu próprio relacionamento com as personagens.

Em *Dois Irmãos*, é visível que Nael tece um grande afeto por Halim. Por conta disso, este personagem é expresso com mais saudosismo e benevolência, opondo-se à descrição de Zana, que é marcada especialmente por sua paixão desmensurada pelos gêmeos, pela tirania e pela habilidade de manipulação.

Aliado à parcialidade da narração contemporânea, o papel da reconstrução da memória também é importante na narrativa de *Dois Irmãos*. Nael, visto pela ótica de personagem, é ouvinte das histórias da família libanesa, sendo até mesmo um personagem secundário, com poucas movimentações para o desencadeamento do romance. Quando adulto, ele retoma as histórias e se volta para o passado, aspirando contar sobre a saga familiar a que ele e sua mãe estão atrelados. Nael recupera esse passado apenas parcialmente, mergulhando num acervo de memórias de outras pessoas, através dos relatos que ele coleta dos demais personagens ao longo de sua vida. Ao retomar essas memórias alheias, Nael também adiciona sua visão ao relato, seus juízos de valor, porque as memórias evocadas não transitam livremente na narrativa.

Os acontecimentos passam pela intermediação de sua voz narrativa, que se demonstra sutil, mas está sempre presente, por meio de pequenos comentários, mudanças de tópico e, no nível textual, pela pontuação empregada. Assim, essas memórias trazem certa suspeição, uma vez que não há indícios que elas sejam efetivamente fatos, nem mesmo é possível precisar em qual medida as vozes das demais pessoas com as quais Nael teve algum vínculo ou convívio transitam livremente.

Cumprido observar que a narrativa incompleta, parcial e ideologicamente enviesada faz parte da perspectiva descentralizante da História, que recorre ao passado sem normatizá-lo, nem o tornar antiquado, porque ainda é dependente dele.

Renato Ortiz (1995) aponta que o relato pessoal como ferramenta de resgate histórico sempre é uma atividade atualizada, ou seja, ocorre a partir da perspectiva do

presente, que relembra o passado anexando suas percepções, opiniões, desejos e ideologias. Dessa forma, os relatos são sempre interpelados por vivências posteriores ao fato relatado e “[...] vêm carregados de um significado, de uma avaliação que se faz tendo como centro o momento da memorização” (ORTIZ, 1995, p. 78). Nesse sentido, o presente funciona como um filtro, com suas ideologias e enviesamentos, compondo uma perspectiva mais individualizada do fato histórico, mas que também pode desnudar elementos hegemônicos na singularidade do relato.

Por seu turno, Ecléa Bosi (1987) adiciona que a memória, infere em como visualizamos o mundo no momento presente. A memória não é algo fixo, ela se movimenta e desloca, é ativa e latente. A memória se compõe como um fragmento, registrado por meio de enviesamentos. A autora complementa que tempo, memória e cultura estão dinamicamente interligados com a memória. Assim, as conexões com o passado são marcadas por ritmos afetivos, perspectiva social, relacionamentos familiares, grupos de convívio e referências que formam o sujeito. Por conseguinte, retomar ao passado é fazê-lo por diversas perspectivas ideológicas, políticas e sociais que marcam o indivíduo.

Adicionado à polifonia narrativa que compõe o relato de Nael, a memória tem esse papel de reconstrução histórica por meio de relatos alheios, que se misturam e passam a compor o narrador no papel de sujeito. Em diversos momentos na narrativa, Nael tece comentários sobre como a memória de Halim – um dos personagens com quem ele mais se relaciona e ouve – era oscilante. Há que se observar que Nael também mistura sua própria voz nesse jogo de lembranças oscilantes e vacilantes do passado, jogo este que é permeado por esquecimentos, insinuações e edições da história dessa família por seu olhar narrativo.

O que se percebe em *Dois irmãos* é que Nael é um narrador que, apesar de esguio, não deixa de imprimir as próprias opiniões na história da família. Nael se caracteriza por ser preenchido pelas memórias alheias, por suposições e lacunas, montando esse passado como um retalho de histórias vacilantes. E, apesar de rememorar a memória alheia, Nael sempre mantém o controle sobre o relato. Ele mostra e omite.

Caldeira (2004) destaca que em *Dois irmãos* a polifonia opera um descentramento do narrador, que apresenta todas essas vozes e suas histórias. Esses relatos o interpelam, ele é constituído por esses personagens, tanto os

membros do lar libanês, e também o professor Laval, externo ao clã. Pela voz de Nael é que somos conduzidos à narrativa:

Talvez por esquecimento, ele [Halim] omitiu algumas cenas esquisitas, mas *a memória inventa, mesmo quando quer ser fiel ao passado*. Certa vez *tentei fisgar-lhe uma lembrança*: não recitava os versos do Abbas antes de namorar? [...] Perdido no passado, *sua memória rondava* a tarde distante em *que o vi recitar* os gazais de Abbas (HATOUM, 2000a, p. 90, grifos nossos).

Na citação acima, as memórias de Nael e Halim se misturam. Apesar de fazer referência ao relato de Halim, ele se insere nesse momento, operando uma edição do relato quando diz “o vi recitar”, que remete a uma interferência de Nael na narração, ao inventar (ou imaginar) uma ação feita por Halim décadas antes.

Em seguida Nael anuncia: “Omissões, lacunas, esquecimento. O desejo de esquecer, mas eu lembro, sempre tive sede de lembranças, de um passado desconhecido, jogado sei lá em que praia de rio” (HATOUM, 2000a, p. 91). Aqui o narrador anuncia a sua intenção. Sua volta a essas memórias, correspondem à busca de sua história, suas origens. E é nas lembranças dos demais personagens, que ele encontra a chave para começar a compreender pontos de sua existência, mesmo que ele não consiga atingir a completude disso.

Os narradores podem ser oscilantes e de onisciência limitada, ressalta Dal Farra (1978). E, especialmente, o narrador em primeira pessoa, apresenta certa carga de ambivalência em si mesmo por ser narrador e personagem.

O espaço cavado entre os seus dois ‘eus’ [...] é elástico e não pode ser delimitado, pois se permite oscilar desde a graduação máxima- o narrador é velho e o personagem é moço – até a mínima onde narrador e personagem estão situados no mesmo tempo (DAL FARRA, 1978, p. 40).

Nesse jogo entre narrador e personagem, Nael se vale dessa gradação apontada. Ele, narrador adulto, refaz os passos do lar libanês. E ainda, traz consigo o caráter oscilante, pois ele está narrando uma história que, apesar de dela ser íntima, não conhece todos suas partes. O passado em que ele mergulha, está permeado de lacunas e omissões em que ele, longe de uma visão onisciente, reconstrói essa história com partes de memórias.

Como personagem, Nael também tem uma visão limitada por sua posição subalternizada na casa. Apesar de abertamente anunciar “passei a me intrometer em tudo” (HATOUM, 2000a, p. 90), essa intromissão refere-se a ele estar presente no cotidiano da casa e ter a pretensão de acompanhar as tensões da família libanesa.

Não se pode esquecer que ele presencia diversas situações em torno de si, na condição de empregado, ouvindo, espiando, esgueirando-se em sua própria presença.

É por meio desse jogo narrativo de conexões e antagonismos, que se delinea o narrador contemporâneo. Nael busca entender sua origem, tentando estabelecer ordem e sentido, mesmo que com lacunas de memórias e relatos, aspirando a “[...] [situar-se] no mundo, representando a si e os outros, estabelecendo uma identidade a partir do que tentam fazer, ou daquilo que alcançam dizer” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 112). Nael procura fazer um rastreamento de suas origens pela memória, retomando a história da mãe, a aldeia em que ela nascera, além do drama familiar na casa de Zana. E o que ele encontra nessa tarefa de ouvinte-narrador-personagem é um passado permeado de relações fortemente pautadas em heranças coloniais - que marcam o século XX, sob novas roupagens, alinhadas ao crescimento econômico e industrial. Essas heranças são delineadoras de fronteiras entre centro e margens, estando presente em todas as estruturas sociais. Assim, Nael também faz parte desse sistema, uma vez que não consegue o superar completamente, apenas relatar e assumir posturas críticas.

Numa leitura social, Nael compõe uma parcela populacional que consegue sair da situação de subalternidade e ascender a uma posição um pouco melhor por meio da educação. Quando já está mais velho e encarna o papel de narrador, Nael é professor e escritor, que retoma o passado por meio da memória. Ele carrega consigo a consciência crítica da subalternidade que lhe havia sido imposta, aliada à sua desvinculação dessa família. Nael transita na narrativa como um “[...] [semi]agregado pobre da família, com uma instrução precária, vive ele, assim, uma condição instável: a do meio social, a do filho bastardo, a do menino amazonense que só se salva por meio do estudo” (TELAROLLI, 2010, p. 24). Ainda nessa retomada do passado, ele rememora os traumas, angústias e omissões, os quais não o limitam ou o reduzem, porém o interpelam e compõem parte de sua identidade, e ainda são a causa direta dele ainda viver numa situação de vulnerabilidade.

Dando ênfase à construção narrativa que olha para o passado, Dalcastagnè (2012) menciona que há uma certa ilusão sobre o passado, a qual envolve crenças de que ele é coerente e ordenado, e que tudo é compreensível e contextualizado. Nesse sentido, ela menciona alguns personagens que retomam o passado para

contextualizar suas próprias existências, procurando uma coerência/ordenação que nem sempre é possível ser alcançada. No que diz respeito a Nael, a sua memória e a de outras personagens cumprem esse papel. “Em diferentes graus, os narradores procuram obter domínio sobre suas próprias histórias, seja para começar uma nova vida [...] seja para, enfim, morrer” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 115).

Esse domínio é para Nael uma libertação da posição de subalterno ao final da narração. Quando ele rompe todas as relações com os membros remanescentes da família libanesa, Nael exerce uma renúncia ao posto de sujeito subalternizado que lhe impuseram. Resulta, pois, que esse passado o constitui, mas não é o elemento definidor de sua trajetória.

Nessa perspectiva é que Miranda (2010) aponta que a memória, evocada por um novo olhar, se opõe aos processos de homogeneização e introduz a possibilidade de outras movimentações identitárias. O jogo de lembranças acionado pelo narrador não é apenas doloroso, ficam marcas signo de resistência. Bhabha (2019) ressalta que essa consciência e resistência, fende as separações entre Eu e Outro, conduzindo à consciência que nenhum é autossuficiente.

Hegemônico, subalterno: palavras pesadas, que nos ajudaram a nomear as divisões entre os homens, mas não a incluir os movimentos do afeto, a participação em atividades solidárias ou cúmplices, em que hegemônicos e subalternos precisam um do outro (CANCLINI, 2019, p. 347).

Trazendo essa leitura à narrativa, vemos que isso é marcado na conexão entre Halim e Nael. Halim gosta muito do narrador, e na velhice precisa dele para contar sua história e manter viva suas memórias. Contar sua história para Nael, proporciona esse sentimento em Halim. Cada um faz uma interpretação diferente do resgate memorialístico, e para Halim essa é uma forma de sobreviver. Para Nael essa é a chance de buscar pistas sobre suas origens, reconstituir partes de sua história; e depois de adulto, são essas memórias que ele evoca para escrever:

Eu tinha começado a reunir, pela primeira vez, os escritos de Antenor Laval, e anotar minhas conversas com Halim. Passei parte da tarde com as palavras do poeta inédito e a voz do amante de Zana. Ia de um para outro, e essa alternância – o jogo de lembranças e esquecimentos – me dava prazer” (HATOUM, 2000a, p. 265).

A posição subalternizada de Nael é essencial para apresentar injustiças da dinâmica social na obra. Nael vive à margem dessa família, e empreende um olhar afastado do núcleo familiar, e isso lhe possibilita desnudar as relações desiguais entre

Rânia e os gêmeos, a obsessão de Zana pelo caçula Omar, as violências contra Domingas, o embate entre Zana e Rânia, a paixão de Halim e as relações de afeto e submissão que marcam Domingas e ele.

Esse desnudar de relações só se torna possível por causa das características que Nael assume ao narrar. Ele enquanto personagem até pode ser coadjuvante nessa história, entretanto em seu papel de narrador, ele tem uma visão crítica e compreende seu local de fala como sujeito à margem que fora subjugado, e que ao mesmo tempo é dependente dessas mesmas pessoas que o assujeitaram.

Por essa relação conflituosa entre Nael e a família, o narrador se encontra num interregno ao falar de suas origens, pertencimento e identidade. Ele expõe a aflição que o atinge, ser e não ser ao mesmo tempo parte dessa família, às vezes visto como um filho bastardo e indesejado, noutras ocasiões visto com carinho, ternura e preocupação. Ele é um sujeito que não é oficialmente membro da família, mas que faz parte da história deles: “[Zana falava] sem me olhar, sem se importar com a minha presença. Na verdade, para Zana eu só existia como um rastro dos filhos dela” (HATOUM, 2000a, p. 35).

Dentro dessa casa, Nael cultivava um grande afeto por Halim, que é com quem ele tem um contato de mais intimidade. Halim é quem relata a Nael muitos acontecimentos da casa. Também é Halim quem omite diversas informações especialmente relacionadas à paternidade de Nael, um tema insistentemente evidenciado pelo narrador, que carrega consigo essa dúvida insolúvel, que resulta numa ansiedade que o angustia, posto que essa informação sempre lhe foi suprimida:

Adiei a pergunta sobre o meu nascimento. Meu pai. Sempre adiaria, talvez por medo. Eu me enredava em conjeturas, matutava, desconfiava de Omar, dizia a mim mesmo: Yaqub é o meu pai, mas também pode ser o Caçula [...] Halim nunca quis falar disso, nem insinuou nada. Devia temer não sei o quê (HATOUM, 2000a, p. 133).

Ainda adolescente, Nael, íntima e remotamente, supõe que Yaqub fosse seu pai, e prefere isso a ser filho do Caçula. Dos gêmeos, Yaqub é quem o tratou bem, quem acabou lhe garantindo uma ‘herança’: a casinha em que viveram ele e Domingas, nos fundos do sobrado da família libanesa. Foi também Yaqub quem lhe garantiu acesso aos livros, e fez melhorias na moradia precária, proporcionando alguma chance de mudança da posição subalterna de Nael. Apesar dessas

interações, os sentimentos de paternidade e afetividade não são presentes na relação entre os personagens.

Consciente das ambiguidades e omissões que constituem seu passado, Nael assinala que suas origens partem dessas histórias cheias de omissões, submissão e silenciamentos. E por isso, no processo de tentar descobrir sobre sua paternidade, ele mostra oscilação em diversos momentos. No início da narrativa, quando se indagava qual era seu pai, desejava ser filho de Yaqub, considerado por ele um homem inteligente e bem-sucedido. Entretanto, à medida que amadurece, Nael entra num processo de questionamento, deseja saber o porquê da omissão de sua paternidade, qual era seu lugar nessa família: “Quando tu nasceste, eu perguntei: E agora, nós vamos aturar mais um filho de ninguém? Halim se aborreceu, disse *que tu eras filho de alguém, filho da casa...*’ [...] Deviam rir de mim. *Filho de ninguém!*” (HATOUM, 2000a, p. 250-251, grifos nossos). Aceitando o posto de filho bastardo, “bem ou mal era um membro da família” (HATOUM, 2000a, p. 134).

Ao fim da narrativa, quando quebrados os vínculos com os filhos de Halim, Nael declara o não pertencimento a essa família: “O que Halim havia desejado com tanto ardor, os dois irmãos realizaram: nenhum teve filhos” (HATOUM, 2000a, p. 264), negando os gêmeos e assinalando para si um futuro desamarrado dessa família.

O comportamento conflituoso de Nael o constitui como um narrador que carrega em si traços identitários oscilantes, em relação ao seu pertencimento. Nael não é apenas um empregado, tampouco um membro da família: “Algo do comportamento dele [Yaqub] me escapava; ele me deixou uma impressão ambígua [...] Essa atitude indecisa me deixava confuso. *Ou talvez eu mesmo oscilasse feito gangorra*” (HATOUM, 2000a, p. 114, grifos nossos).

Assim, a identidade de Nael é construída a partir dessa problemática das diversas formas de opressão. Daí, destaca-se a necessidade de recontar as histórias pela perspectiva do dominado, seguindo as prerrogativas abordadas por Bhabha (2019): abrir espaço para que vozes localizadas às margens retomem a história, através das diversas estratégias de resistência desses sujeitos. Retomando às conexões sociais truncadas, proporcionadas pelos longos séculos de colonização e suas reverberações nas identidades dos sujeitos.

Nael retrata esse viés na obra, uma vez que é explorado e subalternizado, e, ao mesmo tempo, também é seduzido por essa família, produzindo um sentimento de

ambiguidade. “Me alegrou saber que Halim dera mais atenção ao neto bastardo que ao filho legítimo” (HATOUM, 2000a, p. 200); “Por que tinha que aturar tanta humilhação?” (HATOUM, 2000a, p.203).

Evidenciando essas relações traumáticas, Ribeiro (2021) ressalta que o processo de ruptura das condições subalternas, empreitadas por povos colonizados ao longo da história, se faz por meio de uma reconstituição étnica, permeada por diversas perturbações, como a de não identificação com a cultura partilhada por seu progenitor, tão pouco a de quem o oprimiu. Nael não se identifica com os traços culturais indígenas da mãe (porque ela sofre um processo de silenciamento cultural, conseqüentemente o espaço de contato com a sua matriz indígena é limitado), tampouco com a família libanesa.

Depois da morte de Domingas, Nael herda os pássaros que ela esculpia. Para sua mãe, os pássaros representavam um contato, mesmo que singelo, com suas matrizes culturais, adquirindo um grande valor simbólico. Todavia Nael já não consegue se conectar a esses valores. Então o bestiário passa a remeter apenas a memória de Domingas, mas já não constitui essa ponte cultural de outrora:

Trouxera para perto de mim o bestiário esculpido por minha mãe. Era tudo o que restara dela, do trabalho que lhe dava prazer [...] Assim pensava ao observar e manusear esses bichinhos de pau-rainha, que antes me pareciam apenas miniaturas limitadas da natureza. Agora meu olhar os vê como seres estranhos (HATOUM, 2000a, p. 264).

Nael é um personagem e narrador conflituoso e híbrido, inserido num cenário em que as transformações sociais estão florescendo, ao mesmo tempo em que não há rompimentos severos com o passado. Canclini (2019) utiliza o termo “heterogeneidade multitemporal” para retratar esse cenário da América Latina que se modernizou apenas no campo econômico, ao passo que, culturalmente as tradições permaneceram fortalecidas, resultando em uma modernidade envolta em paradoxos e mesclas subversivas, em que tradição e modernidade encontram-se amalgamadas, convivendo e se excluindo.

Ao assinalar essa perspectiva centralizadora, Nael desnuda a história, partindo de seus posicionamentos subalternos e sujeitados a essa família. Esse reposicionamento narrativo é importante, no entanto não está em oposição total ao discurso universalista, visto que Nael também é formado por esse discurso, compondo a narração de um sujeito subalternizado que não se identifica com a família do pai

(que supõe ser um dos gêmeos), nem com a mãe (suas origens ou ancestralidade). Esse hibridismo que compõe Nael é conflituoso, ele consegue se libertar do destino de servidão, mas também não galga melhores condições ao final da narrativa. Ele desponta como um ser em construção, consciente que é formado por essas histórias, perpassadas por silenciamentos, opressão e omissão sobre sua paternidade.

Ribeiro (2021) observa que em sociedades de etnias emergentes, que foram exploradas no processo civilizatório, ainda são inferiorizadas e consideradas espúrias. Há que se considerar que a superação do sistema colonial nas Américas ainda é um processo que necessita percorrer um longo trajeto. Nael levanta algumas reflexões acerca disso quando está no fim da narração: “Alguns dos nossos desejos só se cumprem no outro, os pesadelos pertencem a nós mesmos” (HATOUM, 2000a, p. 264). Este trecho se conecta intimamente com os desejos que Domingas tinha de libertar-se da servidão da família libanesa, e que apenas Nael concretiza.

Ao assinalar a temática da identidade de Nael, devemos levar em consideração todo o processo pelo qual ele passa. Ele é permeado por diversos conflitos internos em relação à família libanesa, ao processo de subordinação pessoal a que ele é submetido, ao grande apego emocional que nutre pelo clã, o envolvimento com Rânia, o carinho por Halim, a assistência prestada por Yaqub, além do próprio apego ao drama dessa família no lar.

A circunstância de, durante uma boa parcela de sua vida, não saber quem é o seu pai o angustia. Tanto Halim quanto Domingas, as principais pessoas que compartilham com Nael seus relatos, silenciaram os acontecimentos acerca de seu nascimento:

Eu não sabia nada de mim, como vim ao mundo, de onde tinha vindo. A origem: as origens. Meu passado, de alguma forma palpitando na vida dos meus antepassados, nada disso eu sabia. Minha infância, sem nenhum sinal da origem. [...] Anos depois, desconfiei: um dos gêmeos era meu pai. Domingas disfarçava quando eu tocava no assunto; deixava-me cheio de dúvida, talvez pensando que um dia eu pudesse descobrir a verdade. Eu sofria com o silêncio dela; nos nossos passeios [...] começava uma frase, mas logo interrompia e me olhava, aflita, vencida por uma fraqueza que colbe a sinceridade. Muitas vezes ela ensaiou, mas titubeava, hesitava e acabava não dizendo. Quando eu fazia a pergunta, seu olhar logo me silenciava, e eram olhos tristes (HATOUM, 2000a, p. 73, grifos nossos).

Essas problemáticas perpassam vários níveis a identidade de Nael. Ele se configura como um personagem fronteiro, sem um espaço delineado, entre empregado e membro da família. E esse conflito o interpela, porque ele anseia por

respostas que não obtém, além de também não conseguir encontrar nesse ambiente em que nasceu e cresceu um local de pertencimento, um local de existência legitimada.

As identidades são cambiantes e são contestadas, na medida em que há a emergência de novas posições e circunstâncias socioeconômicas. É nesse sentido que Italo Moriconi (2001) lança mão da identificação como um caráter político, que envolve o posicionamento discursivo no momento da narração. A identificação envolve a vivência, é processual, “[...] identificações que são simultaneamente vivências de desidentificação” (MORICONI, 2001, p. 74). Desidentificação esta que é favorável à insurgência de novas subjetividades, olhares mais dinâmicos, moldáveis e conflituosos para a história, porque englobam vivências e também as desidentificações.

Ainda é Moriconi (2001) quem discorre sobre um ‘intelecto nietzscheano’, cético às utopias de libertação, como um confiar desconfiando das proposições que se desvinculam do passado sem abordar os conflitos que se amalgamaram no presente. Tal como aponta Canclini (2019), estudar os processos culturais que levam a configurar as identidades, são essenciais para entender a heterogeneidade e como se dão os processos de hibridação, considerando as ambivalências, contradições e sincretismos.

Por isso, Nael é quem faz questionamentos sobre suas origens e expõe diversos problemas nesse eixo familiar, uma vez que ele não se aclimata à sua condição de subalterno, e articula uma mudança de posição e criticidade na narrativa, que leva consigo sua carga de vivência pessoal. No trecho citado anteriormente, quando Nael escreve “fraqueza que coíbe a sinceridade”, ele também lança sobre Domingas uma parcela da responsabilidade de seu sofrimento, por ter a paternidade velada. Em diversos momentos, Nael esboça sua inconformidade por Domingas aceitar todas essas imposições sem revidar.

Considerando a relação de dependência entre oprimidos e opressores na sociedade, Hall (2003) aponta para a identidade que reconhece no passado traços limitantes de sua formação, reivindicando tal passado, não para destruí-lo, mas para evidenciar seu caráter de comunidade imaginária, formada por preceitos ideológicos específicos. Assim, reconstruir a própria identidade remete a pensar nas fronteiras deslizantes entre um e outro.

Essa política da identidade, então, concentra-se especialmente em afirmar culturalmente grupos oprimidos e marginalizados, como um fator de mobilização, “[...] [havendo] um retorno à encenação da identidade como iteração, a re-criação do eu [...] O desejo de reconhecimento da presença cultural como [...] ruptura da barreira do tempo de um ‘presente’ culturalmente conluiado” (BHABHA, 2019, p. 31). Nessa linha de raciocínio, a retomada do passado por uma nova perspectiva dramatiza a ambivalência e os paradoxos criados pelas relações entre sujeitos. Em razão disso, essa perspectiva não é universalista nem livre desses preceitos.

No fim de seu relato, Nael ainda mora no quarto que era seu e de Domingas, espaço esse que lhe pertence oficialmente. Ainda que o casebre seja seu, constituindo o primeiro bem material que ele possui, e sendo importante para sua independência e restituição, deve-se considerar que isso lhe foi concedido por Yaqub e está localizado nos fundos, não mais do sobrado da família, mas sim do comércio de quinquilharias importadas do indiano Rochiram.

Esse espaço continua sendo um ambiente precário, sem saneamento, o acesso é feito pela lateral do comércio, uma portinha quase imperceptível, em torno da qual “Frutas e folhas boiavam nas poças que cercavam meu quarto. Nos fundos, o capim crescera, e a cerca de pau podre, cheia de buracos, não era mais uma fronteira com o cortiço” (HATOUM, 2000a, p. 265). Assim, o quartinho de Nael estende-se como sua própria posição na sociedade, isto é, trata-se de um espaço ainda marginalizado, subalternizado. Neste lugar, Nael vive o tempo presente, que caminha para uma libertação desse sistema, num tempo ainda fortemente conectado ao passado.

Esse acontecimento, e todos os desdobramentos que envolvem a doação do quarto para Nael, envolvem paradoxos característicos da formação identitária contemporânea, e ele traz isso para a narrativa: “‘Tua herança’, murmurou Rânia. *A bondade tarda mais não falha?* Soube depois que Yaqub quis assim, *quis facilitar a minha vida;*” (HATOUM, 2000a, p. 256, grifos nossos).

O ponto de interrogação dá ao excerto toda a ironia do narrador acerca da ajuda que lhe foi prestada, evidenciando que o custo dessa bondade prestada, foi o fardo de toda uma história permeada por humilhações e subalternização sua e de sua mãe para ter como ‘herança’ o casebre precário.

Voltando ao paradoxo, essa casa, que no fim da narrativa lhe pertence, opera como uma forma de restituição simbólica por sua condição servil. Tal situação endossa as palavras de Canclini de que “Ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos” (2019, p. 195).

Por isso, quando Nael se refere à casa, ele o faz no sentido de ser uma mínima restituição, considerando tudo o que ele passou e sofreu com a mãe ali. A casa é um fator que opera como uma possibilidade de mudança, mesmo que ainda com limitações.

O processo emancipatório dos discursos hegemônicos só é completado ao longo de um processo conflituoso, que envolve valores culturais, sociais e econômicos a fim de que haja o delineamento dessas identidades. Nelas, os sujeitos subalternos assumem posturas de autoafirmação e autonomia para impor um projeto de existência própria. Nesse sentido, as identidades que habitam esse entre-lugar nas narrativas contemporâneas exprimem um conflito reivindicatório, evidenciando as complexidades desses sujeitos num “movimento dual de estreitamento e alargamento de fronteiras culturais, tendo em vista os ‘territórios’ a serem cedidos ou conquistados nos interstícios das diferenças sociais e das lutas políticas” (MIGRANDA, 2010, p. 37).

Dalcastagnè (2012) destaca que em *Relato de um certo Oriente* (1989), primeiro romance de Hatoum, a narradora e personagem da obra se assemelha a Nael em diversos pontos, especialmente no que tange à reconstrução da memória para retomar o passado de modo a tentar construir um sentido para o presente. Esse perfil de narrador procura obter domínio sobre as histórias que os circundam com o intuito de conseguirem começar uma vida nova. Portanto narrar os acontecimentos do passado também traz uma proposta de controle da própria vida, que está intimamente ligado a um sentimento de urgência em narrar: “As palavras parecem esperar a morte e o esquecimento; *permanecem soterradas, petrificadas, em estado latente*, para depois, em lenta combustão, *acenderem em nós o desejo de contar passagens que o tempo dissipou*” (HATOUM, 2000a, p. 244, grifos nossos).

Dessa forma, rememorar partes desse passado para Nael é uma forma de se delinear como sujeito que foi constituído por diversos desses acontecimentos ocultados por outros personagens. Miranda (2010) pontua que a identidade do sujeito

moderno é composta por instabilidades de identificação, somada à experiência particular e à coletiva. E aqui a memória recorre como parte da “[...] consciência biográfica e histórica do presente, a partir de imagens geradas pelo que falta ou se perdeu” (MIRANDA, 2010, p. 40).

O narrador Nael, no presente de sua narrativa, é um homem solitário que busca seguir a sua vida que está em processo de emancipação da situação de subalterno que lhe fora atribuída. No desfecho da narrativa, é possível identificar que esse passado que o delineou até aquele momento pode enfim ser transformado, ressignificado, permitindo que o narrador consiga recuperar o curso de sua história marcado por esse passado, mas não mais limitado por ele, conseguindo, desse modo, atingir um domínio sobre a própria história.

Nesse sentido, vemos que a voz de Nael aparece com muito mais ênfase no fim da obra, sobressaindo o protagonismo quando personagem e narrador se encontram num mesmo tempo. Aliado a esse pensamento, Miranda (2010) destaca que quem recorre ao memorialismo assinala sua necessidade de emancipação individual ao mesmo tempo que, como ser social, reconhece que precisa partilhar de um certo senso de comunhão, de identificação grupal, de pertencimento.

A partir do momento em que as memórias e vivências alheias narradas por Nael são retomadas, ele consegue realizar esse processo de emancipação da tutela daquela família, ainda que esse processo tenha sido realizado com a ajuda de Halim e Yaqub. Assim, essa parcela à margem que realiza a ruptura também “[...] conduz dentro de si tradições em choque que deverá amalgamar; interesses de grupos e de extratos sociais que deverá contrapor; e, ainda, dependências externas que, de alguma forma, precisará atender” (RIBEIRO, 2021, p. 41).

A posição subalterna, a criticidade e a inconformidade de Nael ante os acontecimentos lançam luz sobre a face encoberta da história dessa família, reestabelecendo um novo viés de olhar para a história que questiona e, no limite, contesta essas permanências de tradições que organizam noções hegemônicas sobre povos, culturas e tradições. As próprias palavras de Hatoum endossam esta postura: “Ironicamente, o narrador que vive à margem, é o sobrevivente. É ele que escreve, rememora, inventa. Ele é a testemunha da decadência da casa que se desfaz” (2000b, p. 79).

3 DOMINGAS: SUBALTERNIDADE E SOBREVIVÊNCIA INDÍGENA

Neste capítulo é proposta uma análise da representação da personagem indígena Domingas na obra *Dois Irmãos* e sua circulação no romance, buscando evidenciar, por meio da personagem, a figura do indígena no contexto brasileiro, sua integração e resistência às políticas assimiladoras de suas matrizes culturais, investigando como isso reflete nela e regula sua circulação no romance.

Domingas é uma indígena que foi barganhada por Zana e passa sua vida na condição de empregada dessa família. Nesse contexto de exploração e subalternização, sua história expõe mazelas e diversas formas de exploração empreendidas contra os indígenas no Brasil, expondo as condições degradantes a que foram submetidos, a supressão cultural que os levou a aclimataram-se a situações de desgaste cultural e de repressão.

Entretanto, ainda que Domingas esteja cingida pela sua subalternização, que limita sua movimentação e faça-a sofrer diversas violências simbólicas contra sua matriz cultural, ela também assinala pequenas formas de resistências contra essa tentativa de aculturação que sofre durante sua vida no orfanato e posteriormente na casa da Zana. Mesmo sendo uma personagem inserida em uma posição social que a coage indiretamente, sua identidade indígena se mantém até o final de sua vida.

Na narrativa de Nael, a história de Domingas mostra a faceta de subalternização na qual ela está inserida, mas também opera um resgate histórico que permite que Domingas não seja apagada. Nael traz, no papel de narrador, o processo de voz, de ouvir a voz de Domingas que fora suprimida. A retomada de Nael oferece a libertação e a chance de traçar uma existência plena para Domingas, não apenas como a empregada fiel e subordinada, mas também evidencia suas origens indígenas e que ela fora uma personagem importante para a narrativa, e que muito do que foi construído nessa família libanesa dependeu dela.

3.1 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA SUBALTERNIZAÇÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA

Darcy Ribeiro (2017, 2021), em suas pesquisas antropológicas sobre as diversas populações indígenas da América Latina, aponta que esses povos historicamente sofreram, e ainda sofrem, subseqüentes tentativas de degradação

cultural desde a empreitada colonialista nas Américas. Essas ações culminaram na marginalização da sociedade indígena, uma tentativa de reduzir sua participação na formação brasileira devido à escravidão e subalternização.

Distante da aculturação que se pretendeu amparada por diversos projetos nacionais, Maria Regina Celestino de Almeida (2010) apresenta uma contranarrativa para a história indígena, afastando-se de hegemonias totalizantes. Assim, além de assinalar os processos de transculturação que indígenas sofreram pelo contato compulsório com o homem branco ao longo dos séculos, adiciona-se à História os processos de resistência indígena, a perpetuação de suas identidades e protagonismo, os quais foram, sim, transformados pelo contato social desigual, todavia sem que tenham sido dissolvidos completamente.

Márcia Gomes Suchanek (2012) faz um apanhado histórico sobre as leis de proteção aos povos indígenas evidenciando que essas políticas empregadas à causa foram, desde o império, bastante duais e pouco efetivas no que concerne à preservação cultural que era descaracterizada, quando não desconsiderada. Políticas como o *Diretório dos Índios* (1757) reconheciam os aldeamentos indígenas e, ao mesmo tempo, proibiam o uso de línguas nativas. Além disso, impulsionaram o uso de sobrenomes portugueses e a educação formal católica em detrimento da substituição progressiva de valores culturais, além da adoção de sobrenomes portugueses para índios considerados civilizados.

Nos séculos subsequentes os projetos vinculados às populações indígenas visavam especialmente à incorporação indígena ao mercado de trabalho, regulamentando-os como mão de obra atrelada, geralmente, a postos de trabalhos caracterizados pela sujeição.

Essas mudanças promoveram, subsequentemente, processos de destribalização das matrizes culturais indígenas, procurando aclimatar esses novos trabalhadores às tradições culturais de referências católicas e europeizantes. Propostas como o “projeto para o Brasil” (1823) vislumbrado por José Bonifácio de Andrada e Silva, visavam “[...] educar e civilizar os bravos índios do Império do Brasil” (RAMOS, 1999, p. 08) promovendo ideais de civilidade branca, desenhando o indígena como a figura caricata do ‘bom selvagem’. Essa caricatura fora difundida inclusive pela literatura brasileira indianista, como material ideológico didático, especialmente nas obras de José de Alencar.

Esse breve trajeto histórico evidencia que o projeto colonialista no Brasil foi movido pela dominação e subseqüentes tentativas de aculturação e extinção dos povos nativos. Essas populações indígenas sofreram com o impacto da expansão europeia, passaram por processos de transfigurações étnicas e pela redução populacional e a inevitável atualização dos valores e tradições indígenas. Muitas dessas populações sofreram com processos de supressão de suas matrizes culturais, os quais se constituíam em violências simbólicas e físicas. Nessa perspectiva, o projeto de dominação e aculturação indígena se consolidou em diversos aspectos como apontado por Ribeiro (2021).

Alcida Ramos (1999) observa que os olhares para o índio no pós-independência mudaram um pouco. O país estava interessado no progresso da industrialização, e a intenção era que os povos indígenas pudessem compor a parcela da classe trabalhadora, aliados ao projeto do Brasil industrial. Esse interesse traz um sentimento de suposta integração social mantendo a mesma condição subalterna de outrora. Nessa integração desleal, o indígena continuava ocupando posições subalternas e marginalizadas socialmente. Assim, os aspectos estruturais que visavam o apagamento do indígena se perpetuavam alinhados ao sistema econômico capitalista na entrada do século XX, mantendo a subserviência dos tempos da colonização.

Suchanek (2012) discorre sobre o indígena nesse mercado de trabalho, apontando que muitas mulheres se estabeleciam como domésticas e lavadeiras e seus filhos, já aos 12, 14 anos, estavam integralmente inseridos neste mundo do trabalho.

No que tange à narrativa de Hatoum, Domingas perpassa por esse caminho historicamente marcado. Depois de levada forçosamente de sua aldeia para um orfanato católico, ela é rudimentarmente educada e aprende especialmente serviços domésticos para então ser vendida pela Irmã Damasceno a Zana, e nesse novo lar ela existe como empregada servil até morrer.

Em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi implementado com o objetivo de prestar maior assistência aos índios no território brasileiro. Oficialmente, o órgão procurava afastar a igreja católica da catequese indígena para integrá-los como trabalhadores nacionais, aliados ao progresso em que o país estava empenhado. Essa integração tinha as seguintes finalidades: A) estabelecer convivência pacífica

com índios; B) garantir a sobrevivência física dos povos; C) fazer os índios gradativamente adotarem hábitos civilizados; D) influir amistosamente sobre a vida indígena; E) fixar o índio à terra; F) contribuir para o povoamento do interior; G) acessar ou produzir bens econômicos em território indígena; H) usar a força de trabalho indígena para aumentar a produtividade agrícola; I) fortalecer no nativo o sentimento de pertencimento a nação brasileira (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). A configuração da proposta tinha um caráter degradante para os povos originários que sofreram com essa política de erosão gradativa de suas matrizes culturais.

Pensando nesses processos de transfiguração e assimilação cultural indígena, Ribeiro (2017) categoriza grupos indígenas em relação ao contato com outros povos ao longo dos séculos. O primeiro grupo consiste em grupos indígenas isolados, que mantêm completa autonomia. Esse grupo tem preservado sua cultura e tradição sem interferências externas. O segundo representa os índios em contato intermitente com culturas externas a suas, que ainda possuem certa autonomia cultural, mas já são especialmente influenciados pelos aspectos econômicos que diversificam algumas de suas necessidades básicas gerais. O terceiro grupo consiste na parcela indígena em contato permanente com as outras culturas. Os indígenas deste grupo conservam parcialmente costumes e tradições, porém já modificados pelo convívio com influências externas e com o mercado econômico. Muitos pertencem a comunidades indígenas menores. O quarto grupo, enfim, compreende os indígenas integrados, representando o maior grau de transculturação, com pouca ou nenhuma ação cultural que os distinguem de outras etnias.

Além disso, Oliveira e Freire (2006) ressaltam que, dada a aceleração dos processos de integração dos povos indígenas como mão de obra aliada às subsequentes tentativas de aculturação, os indígenas precisaram lutar para serem identificados como 'índios de verdade'. Estes 'índios de verdade' esboçam novamente a faceta das diversas tentativas de apagamento efetuadas contra esses povos, que foram compulsoriamente colonizados, com ideologias europeizantes ostensivamente imputadas contra suas culturas, para, em seguida, serem culpabilizados por não construírem uma comunidade indígena extensiva e 'autêntica'.

A dependência econômica e social gerada pela modernização se empenhou para apagar as diversidades identitárias indígenas, homogeneizando o *índio*, como se essa palavra representasse apenas um povo, sem diversidade, completamente

unificado e personalizado pela palavra. Destituiu-se e limitou-se o campo de representação concedido a esses povos, numa tentativa de empregar estereótipos sobre o que deveria ser validado como cultura indígena a fim de manter o controle sob a movimentação e campos de atuação desses povos.

Alinhada a essa perspectiva, a identidade moderna atribuída ao indígena se encontra ou destituída de suas matrizes culturais, ou está refém dessa sua 'identidade pura', que fora transformada em artefato exótico para definir quem eram os indígenas brasileiros e atestar que os povos, atualmente, constituem uma visão insipiente de uma cultura rica que fora extinta.

Essa tática de pensamento culpabiliza e subordina o indígena ao sistema de opressão. O esquema complexo de controle da alteridade inventa, limita e constrói identidades e subjetividades aos olhos do estereótipo, e este que estabelece a relação entre diferença e poder, principalmente nos campos simbólico e cultural, estabelecendo o estereótipo indígena inatingível como elemento chave que opera a violência simbólica.

Sob esses aspectos, o reconhecimento identitário indígena tende a ser interpelado por valores distintos e conflituosos, determinados por uma fronteira cultural delineada por esses conflitos de poder que personificam ideologias de parcelas dominantes. Com isso, as condições para que a formação da identidade indígena também se caracteriza por essa ausência ou invisibilidade "[...] de modo que o sujeito fala, e é visto, de onde ele *não* está" (BHABHA, 2019, p. 88) porque essas relações estão delineadas hegemonicamente, forjando identidades e reduzindo os campos de representação indígenas.

Nesse sentido, Canclini (2019) evidencia que a modernização promovida pela globalização nos países da América Latina aconteceu no campo do mercado de trabalho, com pouca ou nenhuma eficácia nos campos sociais. Essa deficiência fortaleceu a perpetuação de ideologias de reminiscências coloniais, reinventando as problemáticas sociais com uma roupagem atual.

Dessa forma, ao analisar o percurso histórico das populações indígenas, devem-se considerar, além das subalternizações e tentativas de degradação cultural, as mudanças operantes que garantiram a sobrevivência desses povos num ambiente que lhes é hostil. Além da própria quebra de binarismos entre dominadores e subordinados, as fronteiras entre um e outro são avançadas e recuadas em diversos

momentos. As relações estabelecidas são truncadas e ganham maiores níveis de complexidade.

Canclini (2019) assinala que os processos culturais que levam a configurar as identidades são essenciais para entender a heterogeneidade e como se dão os processos de hibridação, considerando as ambivalências, contradições e sincretismos existentes. Nesse contexto de luta de poder, o autor menciona as tentativas de congelamento cultural empregados sob os acervos culturais indígenas. Um exemplo é o de disseminar que povos indígenas, suas histórias e bens simbólicos só são encontrados em museus, de modo que o 'índio de verdade' já não existe mais. Essa estratégia se empenha em desvirtuar as populações indígenas remanescentes, promovendo a ideia de cultura fixa e pura para empregar a dominação sobre o campo representacional do outro.

Até 1970, havia uma visão pessimista que pregava o desaparecimento dos povos indígenas no Brasil. Ribeiro (2021) adiciona que a separação de indígenas em microcomunidades e a miscigenação operaram a favor do processo de aculturação, visto que indígenas, uma vez sozinhos e em contato permanente com outras culturas, acabam por adaptarem-se ao novo habitat, levando a aceleração dos processos de destribalização e transculturação das matrizes indígenas. Isto é adicionado à miscigenação, que também tem uma forte inclinação à dominação cultural hegemônica.

Porém, numa contranarrativa, Almeida (2010) aponta para as estratégias de sobrevivência desses grupos que sofreram apagamentos frutos da aculturação empreendida e também transconfigurações naturais no contato com outros povos e culturas, assimilando e reiterando naturalmente certas práticas culturais. Nesse sentido, as culturas de matrizes indígenas não desaparecem por completo, e apesar dos valores dissonantes, o sentimento de pertencimento e identidade indígena operam como fator a favor da preservação desses povos. Destaca ela que "As estruturas culturais orientam o comportamento dos homens, mas não podem ser vistas como malhas de ferro que não lhes possibilitem agir fora delas" (ALMEIDA, 2010, p. 22). A autora também acrescenta que pensar em hegemônicos e subalternos também deve incluir todas as movimentações truncadas entre as partes, até mesmo aquelas que podem ser conflituosas ou amigáveis, como em movimentos de afeto e compartilhamento cultural assentido.

Canclini (2019) lança mão do termo *poderes oblíquos* para se referir às estratégias de sobrevivência de povos subalternizados para não serem totalmente absorvidos por essas tendências hegemônicas. Ele menciona estratégias indiretas, articuladas nos entremeios entre cultura e poder, estabelecidas em campos de ações indiretas, de articulações metafóricas como, por exemplo, a arte e a literatura, que mantêm vivas a identidade, o sentimento de pertencimento e também ressaltam os hibridismos em suas formas benéficas ou não.

Esses “subterfúgios culturais” (CANCLINI, 2019, p. 349) também operam como formas de perpetuação e resistência indígena, pois, mesmo que não atuem diretamente como políticas públicas, configuram-se como formas de escrevê-los na história, indo além da mera faceta aculturadora.

Tomando essas considerações como ponto para refletir a construção da identidade de sujeitos e a formação do circuito cultural, o fator social e cultural contribuem para formar a identidade, sendo que essas fronteiras, recuos, hibridações, também interpelam essa formação que também não é fixa.

Assim os processos de imposições culturais hegemônicas e europeizantes podem influir na formação da identidade indígena imprimindo traços das heranças coloniais, estereótipos indígenas, que os desvalorizam e reafirmam a superioridade cultural eurocêntrica, colocando esta como referência imperadora, delimitando as fronteiras e movimentações da identificação desses grupos.

É nessa perspectiva que Bhabha (2019) discute a questão das identidades sob a luz da lógica colonialista que se delinea a partir do Eu e o Outro. A formação identitária do Outro, o colonizado, também é permeado por propostas hegemônicas que moldam perfis e limites para sua definição, estabelecendo fronteiras identitárias forjadas pelo colonialismo e no século XX suas reminiscências. Isso culmina em identificações ambivalentes e/ou distorcidas, de forma que o constructo do imaginário social se dá pela lógica do sistema mundial colonial/moderno.

Essas engrenagens mencionadas referem-se às mais diversas estratégias de resistência e sobrevivência identitária e cultural indígena:

Não há dúvida de que, nos traumas sociais e nas migrações forçadas, os sujeitos da cultura popular sofrem abalos materiais e espirituais graves, só conseguindo sobrenadar quando se agarram à tábua de salvação de certas engrenagens econômicas dominantes” (BOSI, 1992, p. 51, grifos nossos).

Nesse processo de aproximação desigual de raças e a frequente presença do homem branco como ponto de referência intelectual hegemônica, tecnológica e cultural, os povos indígenas são colocados de lado, como se não tivessem nada a oferecer. Assim, é muito normalizado que se pense que esses povos estão naturalmente fadados ao desaparecimento, devido à globalização, expansão territorial, tendências homogeneizantes e outros fatores. O que não se questiona é o porquê desse destino iminente. Nesse sentido, as pesquisas de Ribeiro (2021) sobre os indígenas na América Latina desnudam a lógica da colonização, as relações opressivas e de apagamento que se seguiram e seguem, por séculos, e que são muitas vezes naturalizadas e tidas como parte da evolução social proporcionada pela globalização. Dessa forma, não é possível reduzir a discussão a conceitos de atraso e progresso cultural, dada a aproximação pautada em ideais de dominação.

A perpetuação desses comportamentos coloniais de outrora é aqui elencada pois os avanços tecnológicos e econômicos empreendidos no século XX conservaram fortes influências desse passado que nos parecem distantes, contudo, ainda nos cercam e continuam a reverberar. Ao apontar para uma modernidade executada apenas no campo econômico e industrial, Canclini (2019) evidencia as perpetuações das tradições coloniais hegemônicas alinhadas às aspirações de progresso e globalização nos campos cultural e social. Nessa sociedade, dois extremos, tradição e progresso, convivem mesclados, e a presença e interação social, essas fronteiras entre um e outro, se tornam turvas.

E na sociedade moderna e industrializada, os mecanismos de opressão se tornam mais especializados, e essas ideologias se reverberam no espaço sociopolítico e econômico, instalando e normatizando certos níveis de opressões simbólicas que corroboram os níveis de esfacelamento cultural como o mapeado por Ribeiro (2017). Esses povos, assim, encontram-se mais propensos à marginalidade, pobreza e dificuldades generalizadas. A proposição desses avassalamentos populacionais leva ao abandono cultural pela “[...] introjeção da visão do dominador sobre o mundo e si próprios” (RIBEIRO, 2021, p. 39).

A consequência disso é que povos indígenas foram assimilados como mão de obra barata para empreendimentos que os desfavoreceram. Ribeiro ressalta que o encontro do Brasil nação com o Brasil indígena, nos aspectos morais, ensina o índio

a olhar para si próprio do ponto de vista do branco, ou seja, abominando e autossuprimindo sua cultura.

Nesse sentido, as questões acerca das relações de proximidade entre indígena e outros povos devem ser pensadas em relação a todos os seus elementos intrínsecos e nuances entre reminiscências coloniais, estereotipação de alteridades, estratégias de sobrevivências, escapes desse sistema.

Em consonância com os comentários acima, Almeida (2010) destaca que, mesmo em ambientes de coerção e desvantagem de poder, as matrizes indígenas sobreviveram. O deslocamento para cidades e centros urbanos, a redução das aldeias e vilas indígenas e o contato com outros povos (não apenas no sentido aculturador) culminaram em mudanças culturais e na assimilação de outras matrizes culturais às indígenas, assim como o caminho inverso também foi traçado, a perpetuação de costumes tradicionalmente indígenas foram incorporados a outras culturas, proporcionada pela miscigenação brasileira.

Adicionando também a modernização, globalização e industrialização ao debate, vemos que nenhuma sociedade/cultura se manteve fixa. Todas sofreram introjeções de outras, com apagamentos e perpetuações, adaptaram-se para sobreviver e reconfigurar-se em um mundo cada vez mais globalizado e híbrido. Mesmo as diversas facetas das culturas indígenas, após o grande histórico de desmantelamento cultural, resistem e existem atualizadas em seus meios, amparadas por políticas públicas e também estruturadas pelo sentimento de pertencimento e identidade indígena, mantidos coletiva e individualmente.

Voltando-nos para a narrativa de *Dois Irmãos*, que transcorre entre princípios do século XX até por volta de 1970, é possível visualizar nas relações sociais dessa família libanesa diversas movimentações desenhadas pelas reminiscências coloniais de outrora, alinhada ao projeto brasileiro de progresso industrial e econômico. Também há momentos de resgate cultural das heranças indígenas de Domingas, mostrando como a presença cultural dela sobreviveu, apesar de estar incrustada pela posição de subalternidade.

Isso permite-nos visualizar que a mudança cultural nunca é composta apenas de esvaziamentos. Mesmo em situações de violência compulsória, como a empregada contra os indígenas, sempre há resistências e estratégias de manobras variáveis que operam em favor desses grupos.

3.2 A DEGRADAÇÃO E SUBSISTÊNCIA INDÍGENA REPRESENTADA POR DOMINGAS

No que diz respeito às questões indígenas apontadas anteriormente, em *Dois Irmãos* esses aspectos históricos são percebidos nos fragmentos da história de Domingas contados por Nael. Ela é marcada por persistentes tentativas de silenciamento de sua matriz cultural e de suas crenças indígenas, especialmente após ser levada para o orfanato de freiras depois do pai ser morto. No orfanato ela é alfabetizada, catequizada e aprende tarefas domésticas. Uma educação focada na servidão e repressão com o objetivo de inseri-la em trabalhos em postos subalternizados. A propósito, foi o que aconteceu a ela quando foi barganhada por Zana, dando início a sua vida de servidão, que começara no orfanato e acaba estendendo-se à casa de Zana.

Inserida nesse novo ambiente da casa que a recebe, os vínculos com seu passado e sua matriz indígena na aldeia são suprimidos por meio de diversos elementos, como a religiosidade e o próprio silenciamento quando tenta esboçar dentro do lar de Zana práticas de crenças suas que não aceitas pela patroa. O silenciamento, as violências empreendidas são constantes e inevitáveis. Domingas não consegue uma saída possível deste meio, e por isso se torna refém desse sistema.

Conforme a narração de Nael, por volta de seus dez anos, a mãe foi vendida pela Irmã Damasceno para trabalhar como empregada na casa de Zana, dando continuidade à servidão que iniciara no orfanato: “Domingas, a cunhantã mirrada, *meio escrava, meio ama* [...] não muito diferente das outras empregadas da vizinhança, *alfabetizadas nas missões, mas todas vivendo nos fundos da casa* perto da cerca ou do muro” (HATOUM, 2000, p. 67, grifos nossos). A citação destaca que Domingas foi recebida no lar libanês em condições subalternas, sem perspectivas, possibilidade de mudança ou ascensão social. Nesta casa onde foi ser serviçal, o local que lhe compete é os fundos do quintal, perto do muro, em uma acomodação pequena e precária situada nos limites do terreno. Como se evidencia, a localização da morada de Domingas na geografia desse lar remete ao falso modelo de integração indígena na sociedade: ela vive em condições subalternas, sem perspectivas ou possibilidade de mudança ou ascensão social.

Essa disposição sobre a vida de Domingas e as tantas outras mulheres indígenas ali nessas mesmas condições esboçam um retrato da integração proposta que aloca indígenas em trabalhos muito próximos de um sistema escravocrata em pleno século XX. A narrativa não se furta a mostrar uma mulher barganhada em troca de objetos e dinheiro, que é direcionada aos fundos da casa, uma reescritura da senzala na casa libanesa, reforçando depois seu caráter de ama servil ao clã familiar.

Também há o elemento do afeto como agente importante para reforçar a subalternização de Domingas, uma vez que ela nutre conexões sentimentais com os membros da família libanesa. Ela expressa grande afeto por pessoas da casa, entretanto sentimentos de amor e raiva oscilam, operando como elementos de sensibilidade que acabam por mantê-la atrelada a seus algozes.

No contato cotidiano entre Domingas e os habitantes da casa, as relações são fortemente marcadas pela fronteira entre empregada e patrão, em que não há qualquer indício de tratamento igualitário nas aproximações. A interação com ela ocorre dentro dos limites do interesse e dominação, uma integração inacabada, quase não feita, porque o afeto que parte da família é demonstração que visa explorá-la. Domingas oferece sua força de trabalho como elo com essa família que a oprime e a mantém refém pelo viés econômico e afetivo.

Vale salientar que Domingas é uma personagem importante para a dinâmica da casa, responsável pela comida e organização, além de ter fortes relações de afetividade e proximidade com os membros da casa, especialmente com Yaqub.

Mas ela não tinha coragem, quer dizer, tinha e não tinha; na dúvida, preferiu capitular, deixou de agir, foi tomada pela inação. Pela inação e também pelo envolvimento com os gêmeos, sobretudo com a criança Yaqub, e, quatro anos depois, com Rânia (HATOUM, 2000, p. 67, grifos nossos).

Conforme destaca a narrativa de Nael adulto, ele consegue assinalar na história da mãe esse viés afetivo e também traz uma impressão de possibilidades de escolha que ela poderia ter tido de sair da casa com ele, então criança. Tal possibilidade, como tomamos conhecimento pelo romance, não se realiza porque ela sempre foi tomada pelo lado afetivo da família e seu envolvimento com o drama familiar dos gêmeos. No trecho citado, isso fica claro especialmente quando o narrador usa “preferiu capitular”, “deixou de agir”, trazendo essa impressão de escolha, mesmo que envolvida afetivamente com a família, especialmente com os gêmeos. Além disso, ele consegue exprimir esse sentimento de dualidade que

permeia Domingas com o “tinha e não tinha” mostrando um pouco, mesmo que timidamente, que a mãe não era totalmente rendida a uma servidão cega, que ela tinha sim alguma noção de sua subalternização que se estendeu a Nael.

Domingas cria fortes vínculos de afetividade mesmo que marcada pelos limites da subordinação, pois mesmo também recebendo algumas doses de afeto, os gestos sempre são marcados pela divisão entre empregada e patrões. O maior vínculo afetivo que ela cria é com Yaqub, o gêmeo primogênito renegado por Zana a quem Domingas se encarrega de cuidar diariamente. Nessa relação, Domingas desenvolve uma grande ternura por Yaqub, descrita pelo narrador como um “amor de mãe postiça” (HATOUM, 2000a, p. 67). Esse carinho materno, depois evolui para uma paixão aparentemente retraída que ela cultiva.

Esse sentimento de carinho cultivado por Domingas também é reforçado porque ela era uma criança quando foi permutada por Zana para servir como empregada e ama de companhia, precisando abandonar a infância para se dedicar às atividades domésticas. Com o nascimento de Yaqub, ela consegue recuperar parte dessa infância que lhe fora tomada. Cuidar dele sem a supervisão constante de Zana permitiu que a empregada retomasse alguns dos costumes que tinha quando morava em seu lar de origem.

Como a narrativa expressa, juntos, Domingas e Yaqub brincavam e visitavam barrancas de rios, praias formadas pelas vazantes, praças e quitandas de especiarias locais. Esses passeios remetiam Domingas ao seu lar e permitiam a ela rememorar, em pequenas doses, a família, costumes, seu local de pertencimento: “Domingas ficava com Yaqub, brincava com ele, *diminuída*, regredindo à infância que passara à margem de um rio, longe de Manaus [...] depois iam ver os animais e peixes na praça das Acácias” (HATOUM, 2000a, p. 68).

Nesta citação, podemos acompanhar que essas atividades fazem parte das movimentações possíveis de Domingas para retomar o contato com elementos que a remetem a sua infância interrompida pela abrupta separação de sua aldeia e de sua família. Essas movimentações reforçam seu sentimento de pertencimento indígena num nível mais intimista. É a saída que ela encontra para não ser sufocada pelo sistema aculturador no qual ela está inserida. No excerto “Domingas ficava com Yaqub, brincava com ele, *diminuída, regredindo à infância*” (HATOUM, 2000a, p. 68), o destaque em itálico que fizemos evidencia que a mesma passagem que demonstra

essa saída encontrada pela personagem também realça uma crítica lançada por parte do narrador que reconhece que essa forma de resgate da infância de Domingas rememora mazelas, pobreza e descaso com seu povo. Ter sido *diminuída* em sua matriz indígena implica na redução a brincadeiras em locais decadentes da cidade de Manaus.

As aproximações entre Domingas e os demais membros da casa envolvem afeto porque ela está infiltrada na intimidade desse lar, envolta no drama familiar. Em virtude disso, ela cria um vínculo intenso com os que a acolheram. Mas essas relações são regidas pela superioridade da família frente à Domingas e a Nael, diminuídos em todos contatos com eles. As interações estão no limite da fronteira entre patrão e empregado sempre devida e naturalmente delineadas: “Durante um tempinho, ela nos *deu um trabalho danado*, mas Zana *gostou dela*. [...] Halim sorriu ao comentar a aproximação da esposa com a índia. ‘O que a religião é capaz de fazer’, ele disse. ‘*Pode aproximar os opostos, o céu e a terra, a empregada e a patroa*’” (HATOUM, 2000a, p. 65, grifos nossos).

Na citação apresentada no parágrafo acima, a fronteira do afeto é bem marcada pelo comentário de Halim, que salienta que se tratava de uma índia que inicialmente não tinha se ajustado aos padrões da família, estabelecendo, porém, empatia com a esposa, observada a diferença social entre uma e outra. No exercício de seu papel de narrador e deslizando por essa lembrança de Halim, Nael observa que fora “Um pequeno milagre, desses que servem para a família e as gerações vindouras” (HATOUM, 2000a, p. 65), não deixando de imprimir sua crítica frente à situação de subordinação que ele e Domingas foram expostos no lar libanês.

Ainda que rendida por essa família, Domingas tem sentimentos de ambiguidades frente ao núcleo familiar, sonhando com a liberdade que não chega: “Domingas, a cunhantã mirrada [...] *‘louca para ser livre’*, como ela me disse certa vez, cansada, derrotada, entregue ao feitiço da família” (HATOUM, 2000a, p.67, grifos nossos). A fala “louca para ser livre” atribuída à empregada expressa que a indígena tinha sonhos de liberdade e certa consciência das violências simbólicas sofridas, ainda que permaneça presa a este ambiente. Também vale ressaltar que essa representa uma fala de Domingas, como Nael deixa explícito, mostrando que a personagem também falava com seu filho sobre seus sonhos fora da existência na

casa de Zana. Apesar de não dar continuidade a esses planos, ela demonstra que tinha aspirações.

Domingas é envolvida pela atmosfera afetiva e pelo sentimento de pertencimento a essa família que a oprimiu deliberadamente. Isso ocorre especialmente porque, após a abrupta separação de sua família na aldeia, os membros dessa casa, incluindo Nael, passam a ser a fonte de afeto que lhe resta, além de serem as únicas pessoas com quem Domingas mantém um contato rotineiro e íntimo.

Estes sentimentos de ambiguidade se situam em fronteiras deslizantes, que se movem entre medo e desejo, barbárie e civilidade, introduzidos pelas reminiscências da lógica colonial, representando uma ferramenta de controle dos sujeitos subalternizados. São esses sentimentos que conectam Domingas emocionalmente a seus algozes. A simpatia transforma o processo de aculturação, implantando ideias de suavização da opressão, culminando em laços cada vez mais emaranhados entre subalternizados e dominadores.

A personagem, emocionalmente cativa, encontra-se submersa em um condicionamento acerca da aculturação que sofre. Mas é também por meio desse afeto que a família nutre por ela que Domingas consegue abrir algumas brechas para que suas crenças indígenas dentro do lar libanês não sejam totalmente reprimidas. O mundo opressivo da casa de Zana, para a indígena, se compara a alguns aspectos ao orfanato das missões:

Se tivesse ficado no orfanato, ia passar a vida limpando privada, lavando anáguas, costurando. Detestava o orfanato e nunca visitou as Irmãs de Jesus [...] ela *queria distância das religiosas* [...] Na casa de Zana o trabalho era parecido, *mas tinha mais liberdade... Rezava quando queria, podia falar, discordar, e tinha o canto dela*" (HATOUM, 2000a, p. 77, grifos nossos).

O orfanato é para Domingas a pior parte de todo esse sistema aculturador. E na casa de Zana ela consegue ter mais movimentações, rememorar as raízes indígenas, seja por meio dos passeios com Yaqub, seja no contato com a natureza próximo a seu casebre, seja nos temperos que utilizava nas comidas, com os pássaros que se dedicava a talhar na madeira. Longe de ser uma liberdade plena, ao menos em seus gestos cotidianos ela consegue um contato com elementos que mantém viva sua identidade indígena.

Ao retomar a história da mãe, Nael narrador traz alguns elementos que introduzem a crítica social a esse modo de sobrevivência de Domingas. No trecho “mas tinha mais liberdade...”, retirado da citação acima, as reticências dão ao excerto um tom importante, uma pequena pausa para em seguida dar alguns exemplos das liberdades da empregada. Estas demonstrações de autonomia dela se caracterizam em ações mínimas para garantir um pouco de independência numa convivência democrática. Mesmo essas ações são comemoradas por ela, porque lhe garantem certa autonomia, mesmo que tenha reduzida a sua individualidade, uma vez que no orfanato essas minúcias lhe foram negadas.

A necessidade de adaptação de Domingas a essa lógica limita-a culturalmente e subordina-a dentro da casa, impedindo uma ação de rompimento com esse sistema pela falta de opções de como reagir a essa ordem imposta. Ela segue dependente dessa família, mas não alienada de sua condição. Essa dependência se estende a Nael, e apenas ele, que pertence à geração seguinte, é que consegue romper com esses laços ainda que apenas depois de adulto.

[Nael] tinha rompantes de fuga [...] Ela nunca quis se aventurar. “Estás louco? Só de pensar me dá uma tremedeira, tens que ter paciência com a Zana, com o Omar, o Halim gosta de ti”. Domingas caiu no conto da paciência, ela que chorava quando me via correndo e bufando, faltando aula, engolindo desaforos. Então fiquei ali com ela, suportei a nossa sina. (HATOUM, 2000a, p. 90).

Ribeiro (2017) aponta que parte do processo de tentativa de aculturação indígena é representado pelo cotidiano que suprime e integra o índio à sociedade, encaminhando-o para lugares subalternos. Nesse estágio, a presença de uma figura opressora não é necessária. O próprio indígena, nesse trajeto, assimila traços dessa dinâmica e assente com esse local. Isso, segundo Almeida (2010), faz parte de políticas de assimilação implementados ainda no período de pós-independência para transformar os indígenas em eficientes cidadãos para o Brasil, reforçando sua assimilação como mão de obra. Levando estas considerações para o plano de *Dois irmãos*, é possível perceber que Domingas está refém dessa condição, presa, enquanto estiver viva, a essas amarras históricas.

É apenas aos olhos da narrativa de Nael que esse sistema de opressão imputado à sua mãe é desnudado criticamente. Ao evocar as lembranças de Domingas, ele mostra esses mecanismos de dependência empregados nela. Tais

mecanismos, no lar libanês, se caracterizam por meios mais refinados de coerção, controlados por fatores mais simbólicos, fazendo que Domingas expresse esse 'existir fora do lugar' acarretado pela dinâmica política de tentativas consecutivas de aculturação e desmantelamento das matrizes indígenas.

No cotidiano da casa, Domingas é especialmente reprimida por Zana com atitudes coercitivas contra algumas crenças da empregada não partilhadas por Zana:

Domingas perguntou à patroa: *'posso preparar um olho de boto? A senhora pendura o olho no pescoço e aí o Caçula vem beijar a senhora... com muito amor'. Zana não sabia o que dizer? Ela se aproximou de minha mãe e virou a cabeça para o oratório* (HATOUM, 2000a p.148, grifos nossos).

Como é possível observarmos na citação acima, Zana imperativamente silencia a sugestão de Domingas. Tudo feito de modo indireto. Sua ação de aproximar-se da indígena expressa um gesto que visa reprimir a empregada. De modo análogo, o olhar de Zana para o oratório tem o objetivo de demonstrar à Domingas que as crenças da empregada não são bem-vindas. Por intermédio de sua narrativa, Nael demonstra que Zana sutilmente coíbe Domingas, sem se valer de palavras, empregando apenas pequenos gestos. Ademais, a interrogação feita pelo narrador no excerto expressa a crítica feita por Nael a esse ambiente em que Domingas vive.

Uma forma de controle indireto é estabelecer, através dos sistemas simbólicos, fronteiras para a articulação e representações de crenças que formam partes da identidade. Isso limita a capacidade de movimentação uma vez que está demarcada por seu opressor. Como destacado no parágrafo anterior, Zana delimita claramente essa fronteira à Domingas ao apontar o olhar para o oratório reprimindo sutilmente a sugestão de crenças pagãs da empregada. Os valores religiosos de matriz indígena de Domingas são silenciados porque não existe um sistema de dominação que limita essas representações que formam a identidade diferente da empregada.

Suchanek (2012) explana sobre as estratégias de assimilação dos povos indígenas às demais parcelas da população, evidenciando a domesticação do cotidiano pelo trabalho, engajamento e dependência econômica. Segundo a autora, os índios que se alinhavam a esse processo passavam a ser mais respeitados e conseguiam mais benefícios do que os que se opunham ao sistema de assimilação. Nesse contato de manipulação, a transfiguração étnica do povo indígena está inserida num processo contínuo de tentativas de extinção cultural, visto que "[...] um povo se

transforma [para sobreviver] mantendo sua própria cara, mas mudando para tornar viável sua vida num contexto que lhe é hostil” (GRUPIONI, 1997, p.186).

De vez em quando as palavras das vizinhas a deixavam em pânico. Essas cunhantãs malinavam as crianças [...] mas logo Zana lembrava que rezavam juntas, *veneravam o mesmo deus* [...] *ficavam juntas ajoelhadas*, adorando a santa de gesso que *Domingas espanava todas as manhãs*” (HATOUM, 2000a, p. 68, grifos nossos).

Na narração de Hatoum, Zana compreende que Domingas faz parte dessa parcela assimilada culturalmente. A patroa confia na empregada, em sua integridade moral que fora conquistada pela sua ‘renúncia’ as matrizes indígenas, vistas por Zana e suas vizinhas como atitudes subversivas. Essas raízes são consideradas uma forma de desacordo aos valores culturais brancos prezados pelas mulheres da mesma extração social, econômica, cultural e religiosa de Zana.

Domingas aceita essa passividade, em especial porque na casa de Zana possui algumas poucas liberdades. Além disso, Halim assegura a ela que Nael vai ter acesso a um tipo de educação mais completa. Assim, mesmo que em desvantagem, ela obtém alguns sucessos, como a independência de Nael e também a manutenção de algumas de suas atividades de caráter indígena, mesmo que tenham que ser reduzidos ao microambiente de seu casebre nos fundos da casa.

Desse modo, Domingas vivencia dois contextos sociais distintos na narrativa: o primeiro, e mais visto, é o da casa onde é empregada, submetida à subordinação e aculturação, em que ela passa a maior parte de sua existência. O segundo relaciona-se ao episódio em que Domingas revisita com Nael sua aldeia de infância. E essa mudança de cenário opera beneficentemente para rememorar a representação de sua cultura e identidade indígenas, mesmo que seja uma passagem breve e marcada pela melancolia do rapto de sua aldeia seguida do rompimento abrupto:

Durante a viagem, Domingas *se alegrou*, quase infantil, *dona de sua voz e do seu corpo*. Sentada na proa, o rosto ao sol, *parecia livre* [...] apontava as ciganas aninhadas nos galhos tortuosos dos aturiás e os jacamins [...]. Minha mãe *não se esquecera* desses pássaros: reconhecia os sons e os nomes, e mirava, ansiosa, o vasto horizonte rio acima, lembrando o lugar onde nascera [...] *“O meu lugar”, lembrou Domingas*. Não queria sair de São João, não queria se afastar do pai e do irmão; ajudava as mulheres da vila (HATOUM, 2000a, p. 74, grifos nossos).

Retornando a seu local de nascimento, no trecho citado, percebemos que Domingas exprime parte do que lhe fora suprimido no orfanato e na casa de Zana. Ao regressar à sua aldeia e rememorar esse passado perdido e nostálgico, ela expressa com liberdade sua voz, sua apreciação pelos pássaros, revive o amor por sua família e a integração com os demais moradores. Por meio dessa retomada, ela expressa sua identidade mais próxima das matrizes indígenas que cultivava na terra natal, além de conseguir transitar com liberdade, estando em um ambiente de valorização e livre expressão de suas crenças e conhecimentos que formaram sua identidade como mulher indígena.

Almeida (2010) enfatiza que, na integração do indígena com outras culturas, a afirmação e identificação da identidade indígena não são aniquiladas. Domingas não se esquecera das suas origens, sua cultura e história antes de ser levada ao orfanato e à casa de Zana. Mesmo que em um momento de rememoração de um passado irreconciliável, sua identidade é ressaltada, sua etnicidade é reforçada, seu sentimento de identidade é resgatado por essa viagem nostálgica. Isso reforça sua identidade e serve para que Domingas não sucumba totalmente às repressões de seu cotidiano.

Esse momento de alegria e rememoração se contrapõe à volta para Manaus quando Domingas retoma sua faceta silenciosa e acuada, devido ao ambiente aculturador que faz parte de sua rotina: “Quando desembarcamos na vilinha à margem do Acajatuba, minha mãe mudou de feição. Não sei o que a fez tão sombria. [...] percebi que falava menos à medida que nos aproximávamos da cidade. Olhava as margens do rio, não dizia nada” (HATOUM, 2000a, p. 78). Manaus e a casa de Zana trazem Domingas à sua vida de opressão, e esse meio impõe limitações e sanções a suas matrizes indígenas e reinscreve a personagem numa lógica de subordinação, o que não apaga sua origem, mas a reduz drasticamente.

Em Manaus, o contato que Domingas consegue manter com sua matriz indígena se dá por meio dos passeios com Yaqub quando jovem e pelos pássaros que esculpia na madeira nas suas poucas horas de folga. Depois esses pássaros eram colocados em prateleiras e latões velhos: “O bestiário esculpido por minha mãe. Era tudo o que restara dela, do trabalho que lhe dava prazer: os únicos gestos que lhe devolviam durante a noite a dignidade que ela perdia durante o dia” (HATOUM, 2000a, p. 264). Ao fim da narrativa, a lembrança material que Nael tem de Domingas

são esses pássaros e uma fotografia dela com Yaqub que fora encontrada num comércio precário à beira do rio. A própria falta de objetos e fatos para lembrar Domingas opera como um fator que leva a um esquecimento histórico, semelhante ao apagamento que fora empreendido às comunidades indígenas.

Por meio da voz de Nael, Domingas não sucumbe a um completo esquecimento. Dados esses acontecimentos, é frequentemente normalizado que se pense que povos indígenas estão naturalmente fadados ao desaparecimento devido à globalização, expansão territorial, tendências homogeneizantes e outros fatores. Almeida (2010, p. 10) aponta que “[...] um mesmo documento pode revelar realidades bem diversas, conforme as referências teóricas e conceituais que embasem as interpretações dos investigadores”. Por isso é importante pensar as trajetórias desses grupos indígenas também como sujeitos ativos, também movidos por interesses próprios, não apenas movimentados pelo leque da colonização e subordinação.

Nesse sentido, o destino da personagem representa essa transfiguração. Domingas morre melancólica e silenciosamente no casebre que habita aos fundos do sobrado, sucumbida à família para qual trabalhou a vida inteira: “Domingas serviu; e só não serviu mais porque a vi morrer, quase tão mirrada como no dia em que chegou a casa, e, quem sabe, ao mundo” (HATOUM, 2000a, p. 65). O esfacelamento da personagem se dá devido às reminiscências da lógica colonialista empregada em seu cotidiano, reduzindo e delineando as fronteiras da representação indígena e as possibilidades da circulação cultural impostas pelo mecanismo colonial que controla a movimentação desses grupos.

4. ZANA E RÂNIA: O PATRIARCALISMO MODERNIZADO

Neste capítulo, a abordagem recai sobre as personagens Zana e Rânia, mãe e filha respectivamente. Ambas convivem em uma relação de conflito e desentendimentos no que tange ao papel da mulher na sociedade e às óticas distintas sobre o casamento partilhada por cada uma das personagens. A relação dessas mulheres na narrativa é marcada por resquícios de uma sociedade patriarcal. Aqui pensamos as reminiscências patriarcais não apenas como a dominação masculina nos ambientes sociais, mas também com a instauração da lógica dominante por meios mais indiretos, relacionados a ideologias, formação cultural e estilos de vidas propostos para homens e mulheres desenhados nas fronteiras dessa dominação.

[...] vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, e exemplo por excelência dessa submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica [...] que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento [...] exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quando pelo dominado, de uma língua, de um estilo de vida (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Bourdieu aponta que essa dominação masculina que permeia a formação social, e molda como as pessoas constroem suas representações sobre o mundo, em que o masculino e o feminino constituem uma divisão binária faz parte da ordem das construções simbólicas. Nesse sentido, o patriarcado se constitui como um aparato ideológico que sustenta esse formato social.

Porém, tratando-se do século XX (período em que a obra de Hatoum discorre) devemos considerar que houveram mudanças significativas no campo feminino, a conquista de direitos e lenta quebra de estigmas frente ao comportamento exigido das mulheres. Isso também é abordado, mas as reminiscências dessa sociedade patriarcal permanecem ditando alguns posicionamentos e moldando constructos ideológicos.

Olhando para as personagens Zana e Rânia no romance, vê-se que elas são mulheres pertencentes às camadas médias da sociedade, delineadas por essa dominação masculina ao mesmo tempo em que também ultrapassam essas fronteiras. Elas se posicionam como personagens arrojadas numa época em que grandes avanços foram alcançados pelas mulheres nos movimentos feministas e, na mesma proporção, houve um crescimento de represálias contra mulheres que empreenderam algumas mudanças em seu meio.

Na narrativa de *Dois Irmãos*, Zana se aproxima de algumas reminiscências patriarcais no que diz respeito à separação de papéis delimitados socialmente no patriarcado que circunscreve a mulher a focar-se na administração do lar, no marido e nos filhos enquanto o dever de trabalhar é de responsabilidade masculina. Na contramão desse padrão instituído, Zana destoa dessa regência patriarcal na medida em que toma seu posto de matriarca e consegue controlar as ações de todos que pertencem ao eixo de seu lar, operando estrategicamente e com a força de sua autoridade para conseguir o que almeja.

Paradoxalmente, a autoridade que a emancipa dessa subordinação masculina esperada também é a mesma que oprime seu núcleo familiar. No que concerne a sua relação com Rânia, Zana aspira para a filha um casamento alinhado à possibilidade de ascensão financeira e manutenção do status aburguesado que a família ostenta na maior parte da narrativa. Quando Rânia não acata essa ordem, também não consegue operar as movimentações que deseja dada a presença imperativa de Zana. Esta não autoriza o envolvimento entre Rânia e o homem pelo qual ela é apaixonada. O motivo é posto na conta do fator econômico.

O grande conflito entre mãe e filha é traçado, portanto, nesse viés do binômio matrimônio-patrimônio no qual Zana aposta todas as fichas. Ao não conseguir unir-se com quem escolheu, Rânia nega todos os pretendentes apresentados pela mãe, tornando-se uma mulher reclusa e com poucas movimentações no campo do enredo sentimental. Suas energias acabam sendo canalizadas para a loja construída por Halim. Ela faz grandes transformações, modernizando o ambiente e as mercadorias, alinhando-se à aceleração econômica pretendida no pós-Segunda Guerra. Nesse aspecto, a personagem opera um afastamento de categorias organizacionais de reminiscências patriarcais, uma vez que se torna a responsável financeira de seu lar, consolida a loja de Halim como uma referência na rua dos Barés.

Rânia assume posturas típicas da mulher da segunda metade do século XX ao adentrar o mercado de trabalho e assumir o comando da loja do pai, estabelecendo importantes mudanças que se mostram lucrativas. Com essa postura, ela rompe as expectativas matrimoniais alimentadas pela mãe, por exemplo. Aliás, em meados do século passado, o casamento era ainda destino esperado e obrigatoriamente aspirado para/pela mulher. Apesar dessas atitudes que a levam a destoar da lógica patriarcal, Rânia é uma identidade em formação que não rompe completamente com o passado.

Há na personagem certas oscilações de ideologias do passado e presente que reverberam na sua composição identitária.

Pensando nessa oscilação entre presente e passado nas movimentações sociais, Ribeiro (2021) ressalta que nas Américas as heranças coloniais amplamente difundidas entre todos os povos constituíram-se como bases para a formulação cultural de sociedades posteriores. Assim, é comum que povos originalmente colonizados também reafirmem essa lógica da dominação mesmo que ela não os beneficie. O autor ainda enfatiza que o *ethos* nacional aclimatou essas diferenças impostas pela mescla de culturas, sempre colocando a cultura colonizadora como a dominante apesar das ressonâncias de outras culturas.

No que diz respeito à Zana, esta personagem esboça na narrativa a representação de como a lógica colonizadora envolve as pessoas na sociedade. Ela, imigrante libanesa, chega ao Brasil com seu pai, Galib, e juntos compõem essa classe de trabalhadores imigrantes que se estabelece em Manaus e posteriormente compõe uma parcela da classe média na sociedade industrializada do começo do século XX. Zana trabalha com o pai no restaurante Biblos, onde o ajuda a cozinhar e a servir os clientes.

Ela e Galib pertencem a uma parcela de imigrantes libaneses que chegam em massa ao Brasil, especialmente após 1870, fugindo da repressão contra os povos perpetrada pelo Império Otomano (1299-1922). Na narrativa, Nael traz brevemente esse aceno às memórias de Zana e o pai: “Conversavam sobre Galib, a infância de Zana em Biblos, interrompida aos seis anos [1908], quando ela e o pai embarcaram para o Brasil [...] visitavam amigos e conhecidos, cristãos intimidados e mesmo perseguidos pelos otomanos” (HATOUM, 2000a, p. 63). Aqui é evidenciada a religiosidade da família, que, apesar da ascendência árabe, cultivava o catolicismo como religião de referência. E isso se mantém quando chegam ao Brasil.

Em outro trecho, referindo-se ao casamento de Zana e Halim evidencia-se que “[...] [Zana] já havia decidido casar com Halim [...] fez a exigência ao Halim na frente do pai. E fez outra: tinham de se casar diante do altar de Nossa Senhora do Líbano, com a presença das maronitas e católicas de Manaus” (HATOUM, 2000a, p. 53). Nossa Senhora do Líbano é um símbolo recorrente das igrejas maronitas. Estas têm fundação nas doutrinas católicas, porém apresentam peculiaridades histórico-sociais, tendo certo grau de autonomia e incorporando a seus ritos tradições árabes.

Logo é possível compreendermos que na geração de Zana a cultura libanesa já possuía fortes mutações causadas pelo vínculo católico. É preciso considerar também que ela viera ao Brasil ainda criança, tendo um convívio mais rotineiro com costumes, crenças e ideologias ocidentais. Considerando o contexto histórico brasileiro, as reminiscências coloniais também se incrustam na personagem por meio de seu cotidiano.

Em todo o contexto de imigração e ascensão social em que Zana, a imigrante, está envolvida, o matrimônio a alinha ideologicamente a uma sociedade mais conservadora na qual ainda há resquícios patriarcais, destacando-se o de atribuir papéis bem definidos para homens e mulheres no núcleo familiar mesmo que com regras mais afrouxadas.

No século XX com a industrialização do mundo e a ascensão do capitalismo, a família nuclear aburguesada também se alinha aos requerimentos da industrialização: a mãe administra o lar, encarrega-se, juntamente com o Estado, da educação dos filhos, enquanto o pai se torna representante do empreendimento industrial, provê o sustento do lar e passa a ser ausente.

Ainda que modernizada, essa figuração familiar ainda mantém fortes relações com a hierarquia e costumes deixados pelo patriarcado. Tal situação impacta especialmente na existência da mulher que visa no casamento seu destino e atrela-o à administração do lar. Este modelo de matrimônio ainda tem proposições patriarcais no sentido em que os filhos seguem sendo indispensáveis e o lar é o *locus* sagrado para a mulher e a organização deste espaço por ela representa o sucesso ou falha como esposa e administradora desse lar. (DEL PRIORE, 2013).

4.1 A SOCIEDADE BRASILEIRA MODERNA E A MULHER DE CLASSE MÉDIA

Ribeiro (2021) aborda o papel dos povos imigrantes para a formação dos povos novos, ao qual o Brasil fez parte dessa formação étnica e cultural. A imigração de povos do Oriente em direção às Américas, começou em 1880-1900 e, teve seu auge pouco antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O grande fluxo migratório de sírio-libaneses aconteceu especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Logo que chegados a terras brasileiras, esses imigrantes se uniam à classe de trabalhadores locais em ofícios braçais. Esse tipo de trabalho não era um problema para esses

imigrantes que viam no Brasil uma terra nova para constituírem suas famílias e cultivar seus costumes, mesmo que fosse necessário aclimatá-los ao novo espaço:

Vinham dispostos a engajar-se na hierarquia ocupacional, situando-se conscientemente na camada trabalhadora, aceitando com disciplina o comando patronal, procurando demonstrar sua eficácia e aspirando, essencialmente, a tornarem-se granjeiros ou proprietários urbanos (RIBEIRO, 2021, p. 205).

Em Manaus a imigração fora fortalecida especialmente pelo ciclo da borracha que teve seu auge entre 1879 a 1912, atrelada à produção e comércio em massa de látex, trazendo inclusive visibilidade internacional que movimentou a economia desta cidade brasileira. Nesse mesmo período, Manaus vive uma *Belle Époque* amazônica por conta do desenvolvimento urbano, eletricidade, museus, cinemas e comércio, e tais influências estavam vinculadas aos padrões europeus do final do século XIX que o Brasil importava.

Nessa época de grande fluxo imigratório, Albert von Brunn (2018) aborda que muitos árabes recém-chegados logo se aclimataram aos costumes e à tradição católica vigentes em Manaus. Muitos deles se estabeleceram como mascates e com pequenos comércios almejando a ascensão à elite branca burguesa, assumindo os compromissos com o progresso nacional tão fortemente empreendido nas primeiras décadas do século XX. Apesar de toda essa agitação econômica pela qual a cidade passou, após o fim do ciclo da borracha Manaus sofre uma rápida decadência, deixando na cidade centenas de trabalhadores habitando palafitas precárias e em condições de extrema pobreza, e esta miséria se agravou pela falta de políticas públicas para desenvolvimento da região.

Apoiado nesse contexto de passado glorioso e presente pesante da capital amazonense, na década de 1960 havia apenas cerca de 250 mil habitantes, caracterizada como uma cidade “pacífica, sonolenta e provinciana, rememorando os tempos gloriosos do passado, e esperando o milagre econômico” (BRUNN, 2018, p. 35). Alguns desses aspectos são narrados em *Dois irmãos*:

Halim havia melhorado de vida nos anos do pós-guerra. Vendia de tudo um pouco aos moradores dos Educandos, um dos bairros mais populosos de Manaus, que crescera muito com a chegada dos soldados da borracha [...] migraram para Manaus, onde ergueram palafitas à beira dos igarapés, nos barrancos e nos clarões da cidade. Manaus cresceu assim: no tumulto de quem chega primeiro (HATOUM, 2000a, p. 41).

Esse contexto é abordado na narrativa de Hatoum na medida em que Halim e Zana percorrem esse tempo de glória e decadência, que também reflete no lar deles. É ainda Brunn (2018) quem aponta que, nas narrativas de Hatoum, até mesmo os tempos gloriosos de Manaus adquirem um retrocesso amargo, porque essa modernização que se opera em Manaus é uma herança direta da escravidão moderna, uma vez que indígenas e imigrantes foram submetidos a trabalhos insalubres e mal-pagos, imersos enfim numa cultura de pobreza que culminou na impossibilidade de uma vida digna para a maioria desses trabalhadores.

Canclini (2019) aponta que, num contexto geral, a América Latina vive imersa em um interregno entre modernidade e heranças de tradições coloniais. A modernidade não está amplamente difundida, é inacessível a todos e chega fragmentada, as tradições se renovam e permanecem ao lado de novas ideologias que combatem essa lógica, culminando numa modernização que desenvolve o eixo econômico e industrial (no Brasil especialmente nos anos 1960) mas não avança com tanta eficiência no eixo cultural.

Em *Dois Irmãos*, podemos observar isso tanto nas críticas que Nael traça sobre o desenvolvimento de Manaus aliado à precariedade dos trabalhadores e também nas próprias figuras de Zana e Rânia que desfrutam das conquistas femininas - mais difundidas a partir do término da Segunda Guerra Mundial -, ainda que arraigadas a certos valores de cunho patriarcal, que serão evidenciadas à frente.

Nas décadas de 1970 e 1980, várias ondas de modernização acontecem no Brasil, divergindo de local para local. No romance, a Manaus do pós-guerra - e até cerca de 1970 - é descrita por Nael como uma cidade ainda provinciana, permeada de valores conservadores, com uma atmosfera mais decadente, que é parte da história da cidade.

Enquanto a nova capital do país estava sendo inaugurada, a euforia, que vinha de um Brasil tão distante, chegava a Manaus como um sopro amornado. E o futuro, ou a ideia de um futuro promissor, dissolvia-se no mormaço amazônico. Estávamos longe da era industrial e mais longe ainda de nosso passado grandioso. Zana, que na juventude aproveitara os resquícios desse passado, agora se irritava com a geladeira a querosene (HATOUM, 2000a, p. 128).

Especialmente na segunda metade do século XX, os estudos sobre a mulher, junto com sua entrada em massa no mercado de trabalho, foram marcos importantes para operar mudanças no contexto limitado que a mulher se encontrava. Os avanços

acadêmicos foram se desvinculando de separações pautadas em conceitos biologizantes do feminino e masculino, assumindo as bases sociais que envolvem as definições de gênero.

Nessa perspectiva, Rocha-Coutinho (1994) aponta que não existe uma única essência feminina que defina 'a mulher', assumindo que existem mulheres em sua vasta pluralidade étnica e social. Olhando para a formação da sociedade patriarcal, a mulher estava fadada à esfera privada e destituída de participação social evidente.

A dominação social masculina reflete em uma construção de violências e castrações simbólicas que são incorporadas em esquemas de percepção da sociedade. Essa estruturação histórica é muitas vezes incutida nas pessoas inconscientemente. De acordo com Pierre Bourdieu (2012), uma das formas mais apuradas da dominação masculina se faz pelo sistema de oposição entre homem e mulher, separados em polos opostos e complementares, estando a mulher sempre em desvantagem, representando o frágil, incompleto, amparada como tutelada e ligada à esfera privada. Por seu turno, o homem reina na esfera pública moldando este universo de acordo com sua preferência. Essa divisão se manifesta na estrutura social e também nas percepções subjetivas dos sujeitos, como, por exemplo, a ideia de uma essência feminina comum a todas as mulheres e a astúcia e pré-disposição do homem para ser lógico. Essas formulações guiam a percepção, pensamento e ações dos sujeitos no mundo.

Assim, a standardização que compõe essa essência feminina é pautada em domínio de poder. A mulher é sujeitada aos moldes que refletem a dinâmica social do mundo patriarcal, ainda que revestida pela modernidade, industrialização e avanços tecnológicos. Nesse sentido, pensar a mulher é olhar para essa dinâmica de interação, em que práticas sociais do discurso patriarcal modulam comportamentos.

Rocha-Coutinho (1994) aponta que, apesar desse enclausuramento histórico das mulheres ao lar e sua redução na participação social, elas usavam algumas técnicas para o controle e manipulação indiretas que possibilitavam que suas opiniões e requerimentos também fossem realizados. Isso garantia a sua influência sob os demais membros da casa.

Especialmente a partir dos anos 1960, como assinalado por Del Priore (2013), algumas mudanças (lentas, mas contínuas) começaram a operar no que diz respeito ao papel feminino na sociedade. A disseminação de ideologias feministas, a

aceleração tecnológica e médica, os métodos contraceptivos mais eficazes, propiciaram à mulher certo controle de natalidade, permitindo-lhe vida sexual mais ativa, sem se prender ao sexo apenas para procriação. A entrada da mulher no mercado de trabalho, ademais, permitiu certa independência financeira que aos poucos a emancipou do seu papel confinado à esfera da casa. Todos esses avanços, obviamente, também vêm com certas problemáticas, como o salário desigual, carga horária excessiva, assédio no local de trabalho e questionamentos sobre a capacidade intelectual feminina.

Assim, os avanços conquistados no campo feminino começam a pôr em xeque posições que reduzem a mulher a papéis essencialmente moldados em fôrmas patriarcais, uma vez que, no século XX, ela dispõe de mais protagonismo no lar, nas tomadas de decisões e no trabalho.

Nessa caminhada de avanços femininos, persiste ainda a pressão social para a mulher constituir família. Embora o trabalho e os estudos tenham se tornado disponíveis para as mulheres, ainda se esperava que o sonho do lar fosse seu principal objetivo a ser alcançado. Isso é evidenciado por Del Priore (2013) ao destacar, em suas pesquisas, que a mulher deveria almejar ao casamento. As que destoavam desse ideal eram malvistas, consideradas infelizes, pouco femininas, incapazes, incompletas.

Assim, as mulheres do século XX, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, presenciaram múltiplas situações de conflitos ideológicos entre o papel de esposa, mãe e administradora do lar e o papel de sujeito em busca da independência, de carreira no mercado de trabalho. Isso gerou grandes embates e angústias para as mulheres, uma vez que o encorajamento vinha permeado de desafios, marcadores de comportamentos esperados.

Em síntese, essas relações truncadas entre permanência de tradições e progresso também permeiam a formação das identidades femininas que se constroem inseridas nesses contextos duais. A lógica engendradora nas identidades femininas vem para adequar a mulher às necessidades sociais, sejam elas econômicas ou ideológicas.

4.2 ZANA E O PATRIARCALISMO REMINISCENTE

Como observando anteriormente, Zana é uma a imigrante que sai do Líbano com o pai e chega a Manaus com seis anos de idade. O pai monta o restaurante Biblos na casa que depois lhe pertence. Durante a juventude, Zana ajuda o pai no trabalho cotidiano do restaurante. Aos dezesseis anos, casa-se com Halim e passa a ser esposa e administradora do lar – papéis que a sociedade de então destinava às mulheres.

Todavia Zana é dona de uma presença e força que é evidenciada em todo o romance. Isso vai desde a resolução de contrair núpcias com Halim, passando por exigências matrimoniais, até a decisão de ter filhos e abrir o comércio do cônjuge. Todas essas movimentações são feitas por Zana, que se mostra dona de sua voz e suas vontades, além de também ser essa figura de matrona que administra o lar e os empregados, a esposa apaixonada e mãe zelosa. Ao longo do romance, Zana também é mostrada como uma presença tirânica no lar para os demais personagens. Os leitores presenciam que Domingas e Nael são submetidos a seus mandos e desmandos incessantes, bem como assistem à a repressão empreendida contra a filha quanto a escolha de um futuro marido. Não só isso: seu poder de persuasão sob Halim e o filho Omar também são enfatizados na narrativa.

Nessa perspectiva, Zana se apresenta como uma mulher que transgride as expectativas depositadas na esposa numa sociedade tipicamente patriarcal, visto que sua forma de atuação evidencia o quanto é uma presença imperativa na família. Sua importância se sobrepõe a de Halim, que supostamente representaria a figura de *pater familias*. Zana é quem detém o poder de decisão sobre os rumos de seu lar, enquanto Halim figura como um sujeito esmorecido, um homem perdidamente apaixonado e capaz de ceder a todas vontades da esposa em troca de momentos de satisfação sexual.

Zana toma as decisões e instaura-se como a matriarca do lar libanês, conduzindo não apenas a administração da casa, mas também influenciando diretamente as movimentações dos demais pessoas que giram em torno de seu núcleo. Observar o narrador que “Zana mandava e desmandava na casa, na empregada, nos filhos. Ele, paciência só, um Jó apaixonado e ardente, aceitava, engolia cobras e lagartos, sempre fazendo as vontades dela, e, mesmo na velhice, mimando-a” (HATOUM, 2000a, p. 54)

Sobre essa presença imperativa e essencial que Zana tem no curso da narrativa, o próprio Hatoum evidencia que em sua ficção as mulheres dispõem de poder e determinação. Segundo o escritor, “Elas são sobretudo personagens, pessoas inventadas, com sentimentos, desejos e ambições que oscilam” (HATOUM, 2000b, p. 80). É nesse sentido que Lemos (2018) aponta que, pelo poder e influência que as matriarcas possuem nas narrativas, os conflitos e a derrocada familiar são eventos presenciados e também gerados por essas mulheres (aqui referindo-se à Zana e Emilie de *Relato de um Certo Oriente*) que estão em posição de poder nos seus lares.

Apontar a importância de Zana para o desenvolvimento das tensões no enredo relaciona-se historicamente com outra faceta da mulher e seu papel na sociedade. Assim, não é possível enquadrar num papel submisso historicamente destinado à mulher pela estrutura social dominante masculina. Não podemos também ser reducionistas a ponto de simplificarmos a mulher ao papel de vítima indefesa. Isso porque também houve mulheres que “[...] [como] membros de família, mães, irmãs ou esposas, estiveram mais próximas das posições reais de poder do que muitos homens [...] outras encontravam-se não apenas entre os opressores, como também se identificavam com eles” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 18). Levando em consideração estas observações, é possível concordar com a autora quando afirma que a categoria de mulher como oprimida não expressa a total face da realidade, uma vez que, no processo da dinâmica social, a realidade é mais turva.

Quando acompanhamos a personagem Zana, podemos visualizar que ela utiliza esse poder para manipular e oprimir especialmente os ocupantes da casa que giram em torno do centro de poder irradiado por ela. Zana coage Domingas e Nael por diversos meios, diretos e indiretos, influencia diretamente as pretensões de Rânia quanto ao par amoroso que ela, no papel de mãe, julga que a filha deve ter e consegue manipular Halim e Omar.

Nesse sentido, apesar de representar uma transgressora no que concerne à sua presença e poder na esfera privada da casa, Zana também se alinha a diversos valores ideológicos típicos da herança patriarcal, como almejar o lar como lugar destinado à mulher, ver o casamento como uma instituição meramente de ascensão socioeconômica, além de demonstrar preferência desmensurada pelos filhos de sexo masculino. Isso caracteriza seu aspecto paradoxal frente às liberdades que desfruta

como mulher e salienta como ela utiliza o poder para manter intacta uma lógica da dominação masculina ligada a ideologias patriarcais.

Tempos depois, entendi porque *Zana deixava Halim falar* sobre qualquer assunto. Ela esperava, a cabeça meio inclinada, o rosto sereno, e *então falava, dona de si*, uma só vez, palavras em cascata, com a confiança de uma cartomante. Foi assim desde os quinze anos. Era possuída por uma teimosia silenciosa, matutada uma insistência em fogo brando; depois, *armada por uma convicção poderosa, golpeava ferinamente* e decidia tudo, *deixando o outro estatelado* (HATOUM, 2000, p. 53, grifos nossos).

Na citação Nael evidencia a força e determinação de Zana, toda sua confiança e disposição para realizar os próprios desejos. Ainda “deixava Halim falar” evidencia esse poder que Zana tem sobre o marido, de lhe conceder ou não a fala. Isso contrasta com o que vem em seguida “falava, dona de si”, mostrando que Halim não teria qualquer chance de controlar Zana, ela é a dona de suas ações e palavras no romance.

As expressões “armada por uma convicção”, “golpeava ferinamente” e “deixando o outro estatelado” remetem a uma forma de domínio que Zana detém em relação a Halim, deixando-o rendido, como se houvesse perdido a batalha referente ao exercício de poder na casa. O espírito de luta renhida está evidente em “ferinamente”, advérbio que sugere até uma falta de piedade por parte dela.

Isso depois se manifesta nas suas movimentações desmensuradas para manter Omar a seu lado. Ademais, nessa passagem é evidenciado a sobreposição de Zana frente a Halim desde antes de casarem-se.

O romance de Hatoum mostra que a atuação de Zana destoava do que existia na sua época. Na primeira metade do século XX, o casamento ainda era considerado o destino natural para a mulher, e numa sociedade aburguesada essa aspiração era ainda mais almejada. No papel de esposas, essas mulheres eram mantidas financeiramente pelo homem, restando-lhes a responsabilidade de cuidar dos filhos e administrar a casa e os empregados.

Nessa devoção ao universo doméstico, as mulheres acabavam isoladas nesse ambiente opressivo. Ainda que fossem parte de suas rotinas idas à igreja, aos festejos, o lar era onde elas passavam a maior parte do tempo. Os espaços da rua, para essas mulheres de classes aburguesadas, eram controlados por meio de ideologizações indiretas que se relacionavam com a reputação feminina. Logo passar muito tempo fora do lar, para a mulher, representava que era uma pessoa omissa.

Assim, o casamento era tido como a real carreira para a mulher, e os filhos a representação do amor conjugal e o motivo de orgulho feminino. Nesta construção ideológica, há uma grande nobreza na função de ser mãe, que encontra na casa e filhos a sua identidade, sendo ela a pessoa responsável pelo bem-estar e segurança no lar. Aqui sua posição no lar é reafirmada por diversos aparelhos sociais amplamente difundidos, passando pela medicina e psiquiatria, pela sociologia e antropologia.

Michelle Perrot (2019) aborda questões referentes às atribuições da dona de casa burguesa que abrangem o status de rainha do lar. Segundo a historiadora, as mulheres deveriam coordenar de perto as atividades dos empregados e zelar pela organização, limpeza, comida, lavagem de roupas e educação dos filhos. Sua vontade era soberana em relação aos filhos, especialmente no que concerne à filha que, quando chegava a época de casar, tornava-se o principal foco da mãe. Essas mulheres estavam limitadas ao círculo estreito da casa, mas também importava que em seu cotidiano tivessem contato com vizinhos e amigos conforme sua disponibilidade. É o mesmo padrão observado por Rocha-Coutinho quando destaca que “Filhos e marido necessitam dela e, mais do que isso, dependem dela. Também, esta sua dedicação ‘sem limites’, esta sua capacidade de abnegação, que faziam com que ela não medisse sacrifícios para atender as necessidades dos seus” (1994, p. 105).

Na narrativa de *Dois Irmãos*, Zana traz essa representação de mãe e esposa dedicada ao lar e aos filhos, destacando-se seu zelo obsessivo por Omar. Após a morte do pai, Zana convence Halim a constituir família e mostra-se uma gestora eficaz do seu lar. A boa administração na esfera do espaço privado, o controle sob Halim, a superproteção oferecida ao filho mais jovem são características usadas por Zana como forma de controle dos membros do lar e compensam a “abnegação” dela.

Uma forma de controle utilizada pelas mulheres em seus lares, aponta Rocha-Coutinho (1994), ocorre mediante o engrandecimento do poder do homem para fazer valer a vontade delas, isto é, sem desafiar abertamente a autoridade masculina, a ação visa atingir objetivos de empoderamento feminino. Na passagem “o gêmeo que se ausentara por *capricho ou teimosia de Halim. E ela permitira* por alguma razão incompreensível, por alguma coisa que parecia insensatez ou paixão, devoção cega e irrefreável” (HATOUM, 2000a, p. 16, grifos nossos) essa forma de ela exercer

dissimuladamente o poder dando a impressão de que é o marido quem manda fica evidente. Aqui Nael reforça que a decisão de enviar Yaqub ao Líbano, apesar de ter partido de Halim, apenas se consolidou porque foi assentida por Zana, reforçando a autoridade e poder dela de manipular Halim e deixá-lo com a impressão que exercita o poder.

No que diz respeito à relação de Zana com Halim, ela é quem tem a autoridade no relacionamento enquanto Halim representa um homem submisso ao forte sentimento afetivo que sente pela esposa, concedendo a ela todas as vontades. Ela emprega posturas ardilosas e indiretas por meios informais para exercer controle sobre ele. Rocha-Coutinho (1994) menciona algumas dessas estratégias que iam desde o manuseio de informações, o silêncio, a recusa de alimentação e de sexo. Ao se valer dessas estratégias, a mulher tornava-se habilitada a exercer influência ordenada e planejada para atingir seus objetivos indiretamente.

Na narrativa, a articulação de Zana é constante. Por meio dessas estratégias, ela convence Halim a ser pai, algo que ele não desejava. Os destaques na citação a seguir evidenciam como Zana manipula o companheiro que “[...] não queria filhos..., no entanto, *teve de ceder ao silêncio* da esposa e ao *tom imperativo* da frase posterior ao silêncio. Ela *sabia insistir*, sem estardalhaço” (HATOUM, 2000a, p.66, grifos nossos).

O amor carnal do casal também é tomado, segundo o narrador, como uma forma de Zana manipular Halim e, dessa maneira, cumprir as vontades que ela tinha: “Ela não desistiu: alternava o silêncio com a perseverança, *se entregava a Halim com promessas de mulher apaixonada*. Ele não notou a *ambiguidade da atitude* de Zana? Deixou-se levar pelas noites de amor” (HATOUM, 2000A, p. 66). Ao mencionar a dubiedade de Zana na cama, o narrador aponta para o jogo de mais ou menos sexo que Zana conseguia envolver Halim para que ela pudesse alcançar determinados objetivos.

Ao falar a respeito de poder e autoridade, Rocha-Coutinho (1994) explora o consentimento social prévio para que as relações se estabeleçam e para que haja pouca resistência. Ao considerar que Halim não tem o perfil de *pater familias*, Zana assume esse posto de modo que todos os que estão a seu redor são influenciados por ela. Mesmo que nem sempre desejos e ordens dela sejam atendidos, sua autoridade se destaca, e isso ocorre porque ela se vale dos dispositivos informais de

poder, cuja finalidade é tão só atingir suas vontades e particularidades como pode ser observado, por exemplo, na seguinte citação: “‘A minha maior falha foi ter mandado o Yaqub sozinho para a aldeia dos meus parentes’, disse com uma voz sussurrante. *‘Mas Zana quis assim... ela decidiu’*” (HATOUM, 2000a, p. 57, grifos nossos).

Por empregar estas artimanhas cujo objetivo é deter parte do poder, via de regra, pertencente ao universo masculino, a mulher tem sido vista e compreendida como sorrateira e ardilosa nos jogos de manipulação. Segundo Del Priore, “sermões difundiam a ideia de que a mulher podia ser perigosa, mentirosa e falsa como uma serpente” (DEL PRIORE, 2013, p.10), evidenciando que o discurso religioso, que é endossante da lógica masculina e patriarcal, incutia e difundia ideias depreciativas sobre a mulher na sociedade. A narrativa de Nael – marcado por uma ótica masculina – põe em foco Zana como mulher bela e ardilosa, que fez de tudo para conseguir o que queria, passando essa impressão de sorrateira ao leitor por conta das estratégias de persuasão por meio de sua beleza e teimosia para conquistar seu espaço de liderança dentro de seu lar.

Com a industrialização, a figura paterna distancia-se ainda mais do lar, e a figura da mãe assume essa gestão com mais controle sob os membros da casa (DEL PRIORE, 2013). Ainda assim, muitas movimentações feitas pela mulher, na esfera privada, conservam as bases dos valores patriarcais ainda que com ligeiras mudanças - evidenciando aqui especialmente a maior possibilidade de ação da mulher tanto na casa quanto no espaço público. Nesse sentido, a identidade de Zana é marcada por esses processos de avanços e permanências da tradição que estiveram em ebulição no século XX.

Parte da identidade de Zana baseia-se em sua figura de mãe. Para ela, a maternidade é essencial. Em especial, quando seu lado materno envolve Omar, a quem dedica tempo e esforços irremediáveis. Atrelando essa característica da personagem aos fatores históricos, podemos destacar que a maternidade se configurava como um requerimento para a mulher casada. Portanto o cuidado com os filhos deveria ser indiscutível, pois isso era o que dava à mulher o reconhecimento social. A pressão social do sucesso da maternidade recaía como uma responsabilidade quase única da mulher, “[...] mães que não cuidassem de seus filhos durante a maior parte do tempo que estes permaneciam acordados, causariam a eles

um dano irreparável” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 97), havendo, pois, uma naturalização de que cabia às mães a boa formação dos descendentes.

O romance de Hatoum põe em forte evidência o fato de Zana ser obcecada pela maternidade. Isso, obviamente, leva-a ter cuidados excessivos com os filhos. O medo de perder Omar, de não o ter em vista representa a personificação desse fracasso. Como se detecta no trecho abaixo, ela não consegue abdicar do controle do mais jovem, perdê-lo (“seria fígado”) é ameaça constante, nem mesmo o pedido do marido para que ela parasse de comandar os passos do filho surte efeito:

Durante a madrugada, a mãe se plantava na sala [...] morava em sua redoma, onde só cabia a imagem de Omar. [...] [Halim] implorou para que ela deixasse o filho em paz com aquela mulher [...] Omar já era um homem, não fazia sentido ele morar em casa, com os pais, se estragando com bebida e putas... [...] Ela escutou, os olhos no rosto de Halim. O rosto impassível, sério, nem pestanejava. [...] Naquela manhã ele esperou o filho. Sabia que Omar seria fígado, era inevitável (HATOUM, 2000a, p. 169, grifos nossos).

A forte identidade materna de Zana lhe é prejudicial. Quando os filhos saem da casa, ela perde o sentido de existência, vê-se sem utilidade. Por isso ela cerca Omar obsessivamente a fim de que ele nunca se afaste do ninho de sua proteção. Ela precisa manter o controle sobre ele a qualquer custo, não se importando em anular a figura de Omar, fazendo-o escravo de seu amor materno como bem ilustra a citação a seguir: “*Não podia muito contra a decisão da mãe* [de voltar para casa], para quem parecia *dever* uma boa parte de sua vida e de seus sentimentos. [...] *Tentou se conformar* com essa frustração que ele supunha pacificada, e *nunca mais ousou* entregar-se a mulher nenhuma” (HATOUM, 2000, p. 178, grifos nossos).

Uma das maneiras mais tirânicas de Zana manipular Omar é mediante o endosso da virilidade sexual do filho alimentada por festas intermináveis. Ela vê nas farras do Caçula a masculinidade valorizada na lógica de mundo patriarcal. Ela financia as noitadas do filho em bordéis e bares, entretanto não permite que ele tenha uma esposa, uma namorada, porque isso a destitui do poder que ela exerce sobre ele. No seu modo machista de pensar, o amor do caçula só pode pertencer a ela. Desse modo, Zana derrota uma a uma as mulheres com as quais Omar procura estabelecer um relacionamento:

Dessa vez ela não quis disfarçar: encarou com um sorriso dócil e um olhar de desprezo a mulher que jamais seria a esposa de seu filho, a rival derrotada de antemão [...] As outras, assanhadas e oferecidas, não foram páreo para Zana, nem de longe ameaçavam o amor da mãe (HATOUM, 2000a, p. 100).

Considerando a postura de extrema proteção exercida por Zana sobre Omar, vale expor aqui o pensamento de Bourdieu (2012). O autor menciona que muitas mulheres, valendo-se da posição materna, utilizam estratégias de manipulação para se beneficiarem a si próprias. Trazendo tal reflexão para os eventos do romance, a relação entre Omar e Zana é de mãe e filho, então o sexo é algo interdito, só ocorre externamente à relação estabelecida entre ambos. No entanto, mesmo assim, Zana consegue manipular o filho muito bem de modo a manter o moço sob seu domínio. Mais: ela faz isso oprimindo-o, limitando-o à tentativa dele de constituição da própria família, instaurando a destruição de possibilidades futuras de Omar.

Valendo deste amor maternal e dominador, Zana mantém a posição de poder e perpetua valores patriarcais na sua gestão do lar, oprimindo e invalidando os filhos e empregados, demonstrando preferência pelos filhos de sexo masculino, preocupando-se apenas que Rânia tenha um matrimônio no qual importam questões econômicas, além de influenciar os membros da família e arquitetar planos e manipulações cujo intuito é manter Omar sempre a seu lado. A maneira prepotente de Zana agir demonstra a lógica machista efetuada por uma mulher. É o que salienta Rocha-Coutinho no trecho a seguir:

[...] o controle, a perfeição exigida do lar e das crianças, a insistência de que a mãe tem sempre razão, é a versão feminina do machismo, ou seja, seu equivalente da força do poder masculino que a mulher usou para contrabalançar ou mascarar sua vulnerabilidade, sua dependência econômica, sua subestimação pela sociedade e por si mesma (1994, p. 63).

O lar é onde Zana mostra sua face mais fortemente alinhada às heranças patriarcais. Isso acontece especialmente quando atribui mais importância e cuidados a Omar e Yaqub e constrói um relacionamento de rivalidade com Rânia, atribuindo a esta menos relevância. Sua gestão familiar é pautada no machismo especialmente direcionado aos filhos: “Zana tentou zelar por uma atenção equilibrada aos filhos. Rânia significava muito mais do que eu [Nael], porém menos que os gêmeos” (HATOUM, 2000a, p.29). Nesse excerto, a perpetuação de valores patriarcais acerca da importância dos filhos de sexo masculino é evidenciada e confirma-se no decorrer da narrativa. Além disso, na divisão em planos de importância, Rânia não ocupa o mesmo patamar que os gêmeos e só não é mais desimportante que Domingas e Nael.

A forma de Zana encarar o casamento é bastante díspar entre os três filhos, já que interfere demasiadamente nas escolhas de Rânia e Omar. No caso da filha, Zana endossa valores de que o matrimônio deva ser considerado o destino glorioso

da mulher e deveria ocorrer de preferência na juventude. Nessa linha de raciocínio do meio no qual vive Zana, uma filha solteirona constitui-se em um incômodo para os pais, uma vergonha aos olhos da sociedade. Noutras palavras, não contrair núpcias configurava a derrota feminina, digna de pena coletiva. Contudo o mesmo olhar judicativo não se aplicava aos homens, haja vista que gozavam de todas as liberdades e possibilidades de inserção social, havendo possibilidade de casarem praticamente em qualquer idade.

Na narrativa, Zana deseja que a filha se case, mas não almeja o mesmo destino para os filhos: “E para que serve uma noiva, querida? Ele [Omar] é tão feliz assim’, acrescentou Zana. ‘Minha filha é quem precisa de um noivo. Tu também Zahia... Quantos aninhos vais fazer?’” (HATOUM, 2000a, p.136). Vê-se que Zana tem uma certa urgência no casamento de Rânia, ao passo que abomina a ideia de ver Omar como um homem casado. Da mesma forma, ela não aceita o casamento de Yaqub com Lívia, ignorando a existência da nora e sentindo-se despeitada: “Não revelou o nome da mulher e apenas um telegrama anunciou o casório. Zana mordeu os lábios. Para ela, um filho casado era um filho perdido ou sequestrado. Fingiu-se desinteressada do nome da nora e cercou ainda mais o Caçula” (HATOUM, 2000a, p. 93).

Nesse sentido, Zana tem bem arraigado dentro de si a tradição do casamento apenas como único desfecho para as mulheres de condições socioeconômicas e culturais de seu meio. Logo, como pôde ser visto em citação feita no parágrafo anterior, cobra isso de Rânia e também das vizinhas na mesma idade. Ao mesmo tempo, ela não tem qualquer tipo de oposição a Rânia trabalhar e assumir a frente dos negócios de Halim. É uma espécie de paradoxo que evidencia as ideias tradicionais e modernas caminhando em sincronia na formulação das crenças de Zana.

Essa confluência de ideias subverte os avanços referentes à emancipação e autonomia feminina na sociedade e endossa valores de reminiscências patriarcais, uma vez que Zana se caracteriza como uma personagem que segue fielmente as ideologias patriarcais. Isso sucede em alguns momentos, especialmente porque ela sempre foi uma mulher de opinião formada e sua voz é imperativa em todo o romance. Como destacamos anteriormente, ela é quem toma a decisão de se casar com Halim e impõe todas as exigências matrimoniais, cumpridas prontamente pelo então noivo. Ela também representa a mulher empoderada, com mais visibilidade sobre seus

desejos e aspirações, ainda que esteja circunscrita ao espaço privado, estreito círculo do lar ao qual a mulher já estava, historicamente, confinada.

4.3 RÂNIA NO BRASIL MODERNIZADO

No período do pós-guerra, a demanda mão de obra feminina se intensificou, e muitas mulheres solteiras adentraram massivamente o mercado de trabalho como vendedoras no comércio, ou em escritórios como secretárias. Perrot (2019) aponta que a trabalho feminino foi requisitado especialmente no setor terciário de serviços cuja demanda por trabalhadores cresceu especialmente após 1950. Cumpre observarmos que esses empregos destinados a elas eram aqueles que ainda mantinham certo caráter doméstico, envolvendo, por exemplo, a organização, a rotina e constância do serviço, ações que exigiam o “[...] devotamento, a prestimosidade, o sorriso” (PERROT, 2019, p. 123) que a sociedade percebia nas mulheres.

Assim, era exigido das mulheres que entravam no mercado de trabalho comportamento tais como serem dóceis, pacientes e dedicadas ao serviço, podendo assumir apenas cargos que homens geralmente não assumiam. Nesta postura excludente, atividades que envolvessem mais uso da lógica, estratégias e cargos de chefia não eram considerados adequados às mulheres. O campo laboral delas consistia na organização e na rotina. Seus serviços eram muito bem controlados em funções que servissem ao propósito da industrialização e crescimento da nação, havendo a manutenção do sistema tradicional patriarcal que permaneceu no nível cultural.

Menciona Perrot (2019) que a presença das mulheres presentes no setor comercial era algo mais ou menos comum desde pelo menos 1930. A despeito disso, o fato de a mão de obra feminina assumir esses postos de trabalhos reverberava como negativos, atribuindo-se pouca reputação às mulheres. Noutras palavras, muitas trabalhadoras eram encaradas como subversivas e de valores morais duvidosos. Além de que entre as camadas aburguesadas, o trabalho feminino poderia demonstrar sinal de falência financeira da família.

Apesar dos conflitos de cunho ideológico, a ascensão de lojas de departamento, por exemplo, fez que as mulheres fossem requisitadas para o trabalho, caracterizado pelas longas jornadas de trabalho e baixa remuneração. Também

comum era que em comércios menores as filhas trabalhassem com os pais. Na narrativa as habilidades de Rânia para o comércio familiar são evidenciadas por Nael:

Da expectativa invertida nasceu uma águia nos negócios. Em pouco tempo, Rânia começou a vender, comprar e trocar mercadorias. [...] Fez um acordo com esses regatões, que no início a desprezaram; depois, acreditavam ou fingiam acreditar que Halim se escondia por trás da negociante astuta. Não era raro vê-la exibir para os fregueses o sorriso quase instantâneo de uma falsa simpatia. Sabia atraí-los, lançando-lhes um olhar lânguido, demorado e cativante que contrastava com os gestos rápidos e prestativos de vendedora exímia (HATOUM, 2000a, p.95, grifos nossos).

Nessa citação o narrador evidencia as habilidades de Rânia no trabalho de vendedora e gerente da loja do pai. Halim havia consentido que a filha trabalhasse sem fazer qualquer tipo de objeção à decisão da filha em ajudar nos negócios. Além disso, Nael evidencia as características femininas de Rânia para conquistar os clientes: gestos cativantes, uma espécie de flerte para levá-los a comprar os produtos. Nesta mesma passagem, ademais, são mostradas as dificuldades de Rânia de receber os créditos por seu trabalho. No destaque acima, há uma crença de que Halim estivesse comandando as movimentações da filha. Esta interpretação machista configura-se como esse resquício histórico que posiciona a mulher como um ser passivo até mesmo no trabalho. Num universo marcado de resquícios patriarcais, prepondera a ideia de mulheres devem seguir ordens masculinas para obter sucesso.

A desvalorização de Rânia pelos negociantes evidencia o pensamento masculino da época. Estava socialmente consagrado que, além dos obstáculos enfrentados pela mulher no trabalho, também havia a necessidade da tutela de um homem para aprovar ou supervisionar seu trabalho, ou ao menos a sensação dessa tutela que ocorria quando a figura masculina era mencionada com o intuito de trazer credibilidade ao trabalho feminino.

Rânia adentra o mercado de trabalho e consegue fazer a loja prosperar, tornando-se a responsável pela saúde financeira da família, invertendo as expectativas sociais impostas às mulheres como assinala o narrador: “Juntamente com Yaqub, ela renova a loja do pai, evitando a falência: “Rânia dirigiu a reforma da loja. Mandava e desmandava, cuidava do caixa, do estoque e das dívidas nos caloteiros. (HATOUM, 2000a, p.130). Nael também ressalta a importância de Yaqub para que a loja passasse por essa renovação. A ajuda financeira e os conselhos do irmão são considerados, aos olhos do narrador, essenciais para que Rânia

conseguisse livrar a loja da falência. Nesse sentido, podemos ver uma movimentação dupla no que diz respeito à Rânia e a seu trabalho. De um lado, Nael evidencia nela a astúcia, não a capacidade de gerenciar a loja. De outro, atribui o sucesso da empreitada de Rânia à visão de Yaqub. Mesmo subalterno, trata-se de um narrador cuja visão esposa os valores da ordem masculina e patriarcal.

A atuação no mundo do trabalho demonstra que Rânia alia-se ao progresso econômico que caracterizou a sociedade brasileira a partir de 1950. A modernização da personagem alinha-se ao pensamento de Del Priore (2013) sobre esse período em que o Brasil estava em processo acelerado de industrialização, ao mesmo tempo em que as mudanças ideológicas caminhavam num passo mais vagaroso. Ideologias e reminiscências herdadas do sistema patriarcal continuavam com suas bases muito bem estabelecidas no imaginário social.

Tomemos a seguinte passagem do romance: “*Desconfiei da sanha empreendedora de Rânia e percebi que o seu impulso era movido pelas mãos e as palavras de Yaqub*. Em menos de seis meses a loja deu uma guinada, antecipando a euforia econômica que não ia tardar” (HATOUM, 2000a, p. 131, grifos nossos). O trecho, assim como os realces dados, mostra que a modernização econômica não levou a expansão de alguns paradigmas sociais referentes à capacidade feminina para o trabalho. Esta pequena parte da narrativa expressa que quando Rânia se coloca à frente dos negócios, a loja volta a ter mais sucesso e mais retorno financeiro.

Embora tenha promovido uma “guinada” comercial, ela não está livre de julgamentos, inclusive de Nael, que compartilha a história de uma perspectiva machista, afastada do centro e menos hegemônica, reduzindo o crédito do sucesso de Rânia. Esses nuances nos comentários tecidos pelo narrador exprimem observações de Canclini. Segundo este autor, “O tradicionalismo é hoje uma tendência em amplas camadas hegemônicas e pode combinar-se com o moderno, quase sem conflitos, quando a exaltação das tradições se limita à cultura enquanto a modernização se especializa nos setores social e econômico (CANCLINI, 2019, p. 206).

A interpretação efetuada nos parágrafos acima coaduna com a discussão que ora fazemos sobre o demérito da atuação de Rânia na loja do pai. Ela vivia num momento caracterizado pela tendência de modernizar que tomava a sociedade de então de par com ideologias mais tradicionalistas. Este olhar tradicional perpetua-se

na ótica de Nael, posto que ele acredita que a reviravolta da loja cabe a Yaqub, visto que o esforço de Rânia não seria o suficiente sem a visão ambiciosa do irmão.

A compreensão da realidade vivida por Rânia nos leva ao pensamento de Rocha-Coutinho (1994). Esta aponta que a emancipação da mulher brasileira de classe média encontra-se em uma posição de dualidade, uma vez que ela está posicionada no centro e nas margens simultaneamente. Ao centro porque só conseguiu emancipação e abertura para o mercado de trabalho explorando outras mulheres, como babás, empregadas, cozinheiras. Às margens porque quando se insere no mercado de trabalho esbarra em estruturas fortemente pautadas no patriarcalismo, as quais subestimam e sujeitam a mulher a diversas condições degradantes apenas por ser mulher.

Nesse sentido, Rânia se alinha a esse perfil. Ela se vale de Domingas e, sobretudo, de Nael como seus empregados subordinados. Quando se encontra à frente do negócio do pai, é constantemente subjugada por ser mulher e suas habilidades como vendedora e administradora são, em alguns momentos, diminuídas frente ao sucesso profissional de Yaqub.

Adiciona-se a essas problemáticas a circunstância de, a partir dos anos 1970, as mulheres de classe média começarem a ingressar no mercado de trabalho aspirando à construção de uma carreira profissional. Mesmo inseridas no mundo laboral, não significa que estivessem dissociadas das expectativas de ter o título de esposa. Conseqüentemente isso levou “[...] as mulheres a desempenhar papéis múltiplos e conflitantes e a uma vivência conflituada, no seu eu, destes diferentes papéis” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 62). De um lado, tais papéis decorreram do fato de as mulheres terem sido criadas em um lar de socialização tradicional no qual só podem ter importância na esfera privada. De outro, foram incentivadas a buscar satisfação pessoal na esfera pública. O resultado disso foi a geração de conflitos porque compartilham de duas visões de mundo distintas que se opõem uma a outra.

Essa semiliberdade feminina evidencia a permanência dos valores patriarcais na sociedade moderna, permitindo até que as mulheres pudessem participar do desenvolvimento industrial e crescimento econômico, desde que tal participação não se configurasse como projeto permanente de suas vidas. Havia expectativas de que, em uma certa idade, elas retornariam ao espaço da casa a fim de exercerem, por meio

da afirmação cultural do matrimônio, o papel de gerenciadora do lar e mãe, vestida de sua mais preciosa posição social.

Tendo esse contexto de embate em vista, muitas brasileiras, entre 35 e 45 anos, que viveram nas décadas de 1960 e 1970, foram as que mais sentiram o conflito geracional no que diz respeito aos valores e papéis esperados da mulher na sociedade (DEL PRIORE, 2013).

No que diz respeito ao romance aqui estudado, Rânia pertence a essa faixa etária e compartilha desses conflitos intensamente, denotando a convergência ideológica e a convivência entre opostos. Como aponta Rocha-Coutinho, “A cultura [...] está tão saturada de preconceitos masculinos que as mulheres dificilmente têm uma chance de ver-se culturalmente através dos próprios olhos” (1994, p. 54), de modo que a lógica masculina permeia as ações e pensamentos femininos mesmo que indiretamente. Nesse sentido, o conflito entre Zana e Rânia esboça a simultaneidade ideológica das duas e também as ambiguidades comportamentais derivadas dessa sobreposição temporal:

Às escondidas, a mãe convidava algum pretendente para o jantar do seu aniversário [...] Rânia *picava as cartas e despetalava as flores [...] até mesmo com deleite*. De nada adiantavam as advertências da mãe: ‘*Vais ficar uma solteirona, filha. É triste ver uma moça envelhecer assim*’. A velhice ainda estava longe, e *a amargura, se existia, Rânia sabia esconder*. (HATOUM, 2000a, p. 96).

O que a citação acima expõe é que Rânia se alia ao desenvolvimento econômico, entretanto ela não corresponde às expectativas culturais da mulher da camada socioeconômica e cultural na qual está inserida. Apesar de ser uma transgressora por fazer parte do trabalho feminino, ela revela uma faceta melancólica decorrente de não ter podido casar com o homem que desejava. Esse dissabor a assinala com certa angústia, tristeza e amargor e mesmo seu enclausuramento está associando a isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou fazer algumas observações acerca dos personagens Nael, Domingas, Rânia e Zania, presentes no romance *Dois Irmãos*, escrito por Milton Hatoum, empregando-se a perspectiva dos estudos pós-colonialistas (BHABHA, 2019). Tais estudos se caracterizam por uma leitura alinhada a posicionamentos críticos ex-cêntricos, que, apesar de constituírem vozes que destoam da história hegemônica, também trazem a consciência de que a hegemonia e estandardização ainda fazem parte do cotidiano, perpassando em diferentes níveis a formação identitária e vivências (HALL, 2003; WOODWARD, 2014).

O primeiro capítulo, intitulado “Fortuna crítica de Milton Hatoum”, constitui-se de um breve mapeamento de alguns estudos já realizados sobre as obras do escritor, em especial pesquisas que focam o romance *Dois Irmãos*. Esse mapeamento delineou os capítulos que compõem o aporte teórico e servem como demonstração da grande evidência que Hatoum tem no cenário literário.

O segundo capítulo, “Nael, o personagem e narrador de *Dois irmãos*”, discorre sobre o personagem e narrador Nael, empregando sobretudo as considerações de Dalcastagnè (2012) e Dal Farra (1978). Na condição de sujeito subalternizado, Nael viveu grande parte da narrativa refém da família libanesa com a qual conviveu. Apenas após anos de sujeição, Nael conseguiu se desvencilhar por completo dessa família. Ao mesmo tempo, ele pôde expor as marcas desse passado que o interpelam e o formam como sujeito. Ao somar essa consciência, ele se volta para o passado seu, ao dessa família e ao de Domingas, a mãe, para reconstituir a própria história.

No processo narrativo, Nael ocupa um espaço de ouvinte das histórias dos demais pessoas que o cercam ou convivem com a família de libaneses. Assim, ele opera uma retomada a essas memórias alheias para recompor o passado, imprimindo em seu discurso suas impressões pessoais, opiniões, afinidades e desavenças.

A retomada ao passado que Nael faz é também recheada de vínculos de opressão, sujeição e reminiscências patriarcais. Nossas reflexões, para estes pontos, foram Mignolo (2020) e Miranda (2010). Constatamos a repercussão da ordem patriarcal na relação entre os personagens assinalada pela desigualdade. Essas relações ganham complexidade na medida em que a aproximação entre personagens também é envolvida pelo afeto e carinho em algumas cenas.

Isso reflete em Nael que tem sua identidade perpassada por essas querelas, levando-o a um comportamento ambíguo de amor e ódio pela família libanesa que o sujeitou. O desejo de saber mais sobre a história da mãe, a angústia de não saber quem é seu pai e qual o contexto real de seu nascimento são questionamentos que ele faz durante toda a narrativa.

Podemos qualificar Nael como um narrador esquivo por não se apresentar nas páginas iniciais. Quando ele enfim se assume narrador, ele demonstra ser uma voz muito próxima da família, um sujeito capaz de espiar pelos vãos, uma pessoa que recebe um moderado carinho por parte dos integrantes da casa, alguém que desconfia ser filho ilegítimo de um dos gêmeos e, mesmo assim, não vê jamais ser cogitado o reconhecimento de paternidade, algo tão desejado por ele. Enfim, na parte final da narrativa, ele opera um movimento de afastamento dos membros remanescentes, ainda que tente recuperar a história da família libanesa, que é também a dele, valendo-se, para isso, de sua escrita e da recuperação, parcial, das memórias de outras pessoas com as quais teve contato.

Em “Domingas: subalternidade e sobrevivência indígena”, terceiro capítulo deste trabalho, a temática gira em torno de Domingas, indígena e mãe de Nael. Como empregada doméstica dessa família libanesa, ela sofre diversas coerções e silenciamentos. Por intermédio das reflexões de Ribeiro (2017, 2021), evidenciamos as tentativas de supressão da matriz indígena de Domingas. O início desta eliminação dos valores culturais e étnicos da mãe de Nael aconteceu quando ela levada de sua aldeia para um orfanato católico em Manaus. Deste lugar, ela saiu vendida à Zana, em cuja residência teve uma vida marcada pela sujeição e silenciamentos, elementos que assinalam sua identidade na narrativa.

Opondo-se um pouco à sua realidade de coerção, Domingas também consegue manter alguns costumes indígenas, ainda que limitados. Essa possibilidade de não se desvencilhar de todas as suas práticas culturais de origem opera como um fator em favor de Domingas. Sua identidade indígena, ainda que reduzida a ela, não é completamente apagada. Ela mostra indícios de que sabe qual é o seu lugar e que fora feliz em sua aldeia. De acordo com Almeida (2010), estas movimentações se caracterizam como estratégias de sobrevivência cultural dos povos originários para não serem completamente assimilados a esses ambientes hostis a sua cultura.

Ademais, embora assujeitada, Domingas cria fortes vínculos de afeto com a família libanesa com a qual trabalha. E esse vínculo a impede de criar um movimento para sair desse ambiente, porque está refém dessa afetividade e do envolvimento que cria com os membros da casa, aqui evidenciado em especial o amor por Yaqub, a gratidão por Halim que acolhe Nael com cordialidade e respeito e a convivência rotineira com Zana.

O silenciamento de Domingas é evidenciado por seu cotidiano de trabalho exaustivo, sem descanso, e pelas condições precárias de moradia. Dentro da casa da família libanesa, Domingas se limita a uma existência de servidão desmensurada. Isso contrasta com a cena de visita à aldeia de origem. Neste espaço, ela consegue expressar, ainda que brevemente, uma Domingas distante da sujeição, mostrando seu amor pela natureza, o saudosismo do lugar onde crescera com a família. Ao visitar a antiga aldeia, ela reencontra sua liberdade, sua voz, rememorando tempos de alegria. Nesse sentido Canclini (2019) faz os apontamentos teóricos que apontam para as estratégias de sobrevivências de culturas subordinadas, e que essas movimentações, mesmo que em menor escala de influência social, são essenciais para manter os sentimentos de identidade, cultura e pertencimento.

O quarto capítulo, que se intitula “Zana e Rânia: o patriarcalismo modernizado”, vale de algumas discussões efetuadas pro Del Priore (2013) a respeito da mulher na sociedade brasileira do século XX e apresenta a análise das personagens Zana e Rânia. Dentro do círculo familiar, uma e outra representam, sob alguns aspectos, os embates de uma mulher endossante da ordem patriarcal e de outra, que tenta subverter essa lógica de sujeição a uma lógica masculina.

Na leitura que fizemos sobre Zana, empregamos Bourdieu (2012). A partir das considerações deste autor, constatamos que Zana está mais alinhada a posicionamentos de reminiscências patriarcais, vindo no matrimônio a aspiração máxima da mulher, que logo se alinha à administração do lar e à representação da figura materna. Nessa personagem, o papel de esposa, mãe e administradora do lar – de acordo com as observações de Rocha-Coutinho (1994) – são as características que compõe a sua identidade, suas crenças no sucesso da mulher na sociedade. Ainda que Zana também seja uma transgressora dessa herança patriarcal, porque ela se posiciona como a incontestável matriarca que domina o espaço privado, é sempre

a voz imperativa da casa, utiliza o poder e a manipulação como instrumentos de opressão dos empregados, dos filhos e do marido.

Ainda que nesse aspecto Zana esteja vinculada a um passado de prevalência da lógica patriarcal, outras características como ter opiniões sempre acatadas e influenciar todos em seu entorno fazem-na representante de conquistas femininas e, paradoxalmente, de figura que promove o afrouxamento de ideologias patriarcais, garantindo às mulheres a conquista de mais espaço num mundo de domínio masculino. Assim, Zana expressa um tipo de personagem que reitera esses avanços sociais femininos para endossar uma lógica patriarcal remanescente em seu lar.

No que concerne à Rânia, observamos que esta personagem obtém sucesso no mercado de trabalho. Ela assume o comércio do pai, e com suas habilidades consegue operar grandes melhorias na loja, além de também transformar-se na provedora financeira da família na velhice dos pais. A personagem destoa da expectativa social do casamento não se unindo a nenhum pretendente como almejava Zana, e isso é o principal ponto de embate, ao longo do romance, entre mãe e filha, que nunca chegam a um denominador comum capaz de satisfazer os valores nos quais a mãe acredita e os valores nos quais Rânia crê.

Ao entrar no mercado de trabalho, Rânia enfrenta diversos obstáculos apontados à mulher no século XX, entre os quais o preconceito frente à capacidade e competência em cargos que não objetivavam a rotina e a organização. Assim, era bastante comum que as mulheres precisassem da licença masculina, ou uma suposta assistência permanente, para que sua capacidade tivesse credibilidade. Ao longo da narrativa, as qualidades sobre a competência de Rânia são evidenciadas, assim como essas situações de enfrentamento.

Diante desses aspectos apontados nesta dissertação, é possível inferir que o romance *Dois Irmãos*, cujo olhar provém de um narrador subalterno, desnuda as relações entre progressos e reminiscências de tradições sociais e culturais, presentes no microambiente familiar que Nael mostra, expressando as várias facetas sociais que coexistem neste meio. O romance de Hatoum permite-nos apreender que o passado ainda continua presente nas relações sociais dada toda a história e a lógica colonial engendrada nos povos ao longo de séculos. Esses progressos e continuidades de tradições culminam para a formação identitárias dos personagens aqui analisados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gabriel. Um autor, várias vozes: identidade, alteridade e poder na narrativa de Milton Hatoum. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. n. 28. 2011. p. 125-140.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BERCITO, Diogo. Descendentes resgatam a memória de imigrantes sírios e libaneses no Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 24/03/2022. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/descendentes-resgatam-a-memoria-de-imigrantes-sirios-e-libaneses-no-brasil.shtml#:~:text=Os%20%C3%A1rabes%20come%C3%A7aram%20a%20chegar,h%C3%A1%20hoje%20milh%C3%B5es%20de%20descendentes> >.

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila; Eliana L.L. Reis; Gláucia R. Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1987.

BRUNN, Albert Von. **Milton Hatoum: entre Oriente e Amazônia**. Tradução de Rafael Rocca dos Santos. São Paulo: Humanitas, 2018.

CALDEIRA, Tatiana Salgueiro. **Rede de histórias: Identidade(s) e memória(s) no romance *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum**. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Belo Horizonte, UFMG, 2004.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Gênese Andrade. 4. ed. 8. reimp. São Paulo: Edusp, 2019.

CRISTO, Maria da Luz Pinheiro de (Org.) **Arquitetura da memória: ensaios sobre os romances *Relato de um certo Oriente*, *Dois irmãos* e *Cinzas do norte* de Milton Hatoum**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2012.

DAL FARRA, Maria Lúcia. **O narrador ensimesmado: O foco narrativo em Vergílio Ferreira**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

FREYRE, Gilberto. O indígena na formação da família brasileira. *In*: _____. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003, p.157- 263.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resente, et all. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

HATOUM, Milton. Esaú e Jacó em Manaus. **Revista Bravo!**. Entrevista concedida a Michel Laub. p. 77-80. 2000b.

HATOUM, Milton. Prefácio. *In*: BRUNN, Albert Von. **Milton Hatoum**: entre Oriente e Amazônia. Tradução de Rafael Rocca dos Santos. São Paulo: Humanitas, 2018.

HIDDLESTON, Jane. **Pós-colonialismo**. Tradução de Renan Marques Birro. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021.

IG SÃO PAULO. "Dois Irmãos": minissérie aumenta vendas do livro em mais de 500%. **Portal IG de notícias**. 18/01/2017. Disponível em < <http://gente.ig.com.br/tvenovela/2017-01-18/minisserie-dois-irmaos.html> >.

LEMOS, Vivian de Assis. **Das ruínas à memória**: a travessia familiar em Relato de um certo Oriente e Dois Irmãos. Tese (doutorado). São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2018.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. **Revista Tintas**: Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane, v. 2, 2012, p.199-221.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/ Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MIRANDA, Wander Melo. **Nações Literárias**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

MORICONI, Italo. A outra dimensão: desidentidades. *In*: TORRES, Sonia (org). **Raízes e rumos**: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, coleção educação para todos, 2006.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M.S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

RAMOS, Alcida Rita. Projetos indigenistas no Brasil independente. **Colóquio. Antropologias Brasileiras na Viragem do Milênio.** Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE), Lisboa, nov, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização:** processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global, 2017.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos:** a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra:** ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

SILVA, Maria Analice Pereira da. Dois Irmãos: romance de suspeição. **Revista Graphos.** v. 14. N. 1. 2012. p. 37-46.

SUCHANEK, Márcia Gomes O. Povos indígenas no Brasil: de escravos à tutelados, uma difícil reconquista da liberdade. **Confluências,** v. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, 2012. p. 240- 274.

TELAROLLI, Sylvia. Memória e identidade nos romances de Milton Hatoum. **Revista FIKR,** v. 2, p. 16-34, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124928>>. Acesso em: 28 out. 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos Estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.